

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A POLÍTICA ESTADUAL**  
**SOBRE GEOLOGIA E RECURSOS MINERAIS NO ESTADO DE MATO GROSSO,**  
**REALIZADA NO DIA 03 DE JUNHO DE 2016, ÀS 14H.**

---

ATA Nº 031

PRESIDENTE - DEPUTADO EDUARDO BOTELHO

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Em nome de Deus e do povo de Mato Grosso, declaro aberta esta Audiência Pública, convocada pelos Deputados Eduardo Botelho e Wilson Santos, para debater as questões geológicas e recursos minerais no Estado de Mato Grosso.

Para compor a mesa, convido o Deputado Wilson Santos; o Sr. Reinhard Ramminger, Secretário Adjunto da SEPLAN; o Sr. Elias Santos, Presidente da METAMAT; o Sr. Walter Lins Arcoverde, Diretor de Fiscalização do Ministério de Minas e Energia-DNPM; o Professor-Mestre Caiubi Emanuel de Souza Kuhn, Presidente da Associação dos Geólogos de Cuiabá; o Sr. Sinvaldo Santos Brito, Prefeito do Município de Peixoto de Azevedo; o Sr. Marcelo de Castro, Vice-Prefeito do Município de Guarantã do Norte; o Sr. Júlio César de Pinheiro Arrais, Presidente do Sindicato dos Geólogos; o Sr. André Luiz Molina, Geólogo, Vice-Presidente da Federação Brasileira de Geologia; o Professor Dr. Cleverson Cabral, Diretor da Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso; o Sr. Antônio Silva Toledo Pizza, Presidente do Sindicato das Indústrias Extrativas de Minérios do Estado de Mato Grosso; o Professor Dr. Paulo César Correa da Costa, Diretor da Faculdade de Geociência da Universidade Federal de Mato Grosso; o Sr. Joaquim Moreno, Superintendente de Minas da SEDEC, representando o Secretário Seneri Paludo .

Composta a mesa, convido os senhores para, em posição de respeito, ouvirmos e cantarmos o Hino Nacional.

(O HINO NACIONAL É EXECUTADO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Boa tarde, senhores e senhoras!

Estamos aqui reunidos nesta Audiência Pública para debatermos a importância da criação de uma política estadual sobre geologia e recursos minerais no nosso Estado.

A criação dessa política já está prevista nos arts. 297 a 299, da nossa Constituição Estadual. Lá está a garantia que será definida por lei e que contemplará a conservação, o aproveitamento racional dos recursos minerais, o desenvolvimento harmônico dos setores com os demais, o desenvolvimento equilibrado da região do Estado, bem como instituirá o sistema estadual de geologia e recursos minerais.

Sabemos que foi por meio da mineração que Mato Grosso foi ocupado, surgindo cidades, como Cuiabá, Vila Bela da Santíssima Trindade, Diamantino, Alto Paraguai e tantos outros municípios.

Hoje Mato Grosso possui reservas minerais diversas, identificadas por mapeamento executado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral, dentre os quais se destacam: água mineral, areia, patita, argila, água termal, ametista, calcário, cascalho, chumbo, cristal de rocha, cobre, diamante, ferro, grafite, manganês, molibdênios, ouro, pirita, sal, turfa,

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A POLÍTICA ESTADUAL**  
**SOBRE GEOLOGIA E RECURSOS MINERAIS NO ESTADO DE MATO GROSSO,**  
**REALIZADA NO DIA 03 DE JUNHO DE 2016, ÀS 14H.**

---

titânio, topázio, zinco e alguns outros que ainda podem ser descobertos e com certeza temos no nosso subsolo.

O setor mineral estadual terá na implantação dessa política um indispensável orientador de estratégias, garantido a médio e longo prazo retorno positivo na geração de riquezas para o Estado. Além disso, conhecimento geológico constitui indispensável ferramenta para o planejamento do ordenamento e ocupação territorial, em base sustentável, haja vista a magnitude dessas questões para o Estado de Mato Grosso.

Nós tivemos uma reunião na METAMAT quando decidimos fazer esta Audiência Pública e estamos conversando com os geólogos. Eles dizem que diante de todos os levantamentos que tinham, que a nossa capacidade, a nossa reserva mineral é uma das maiores do Brasil e, com certeza, se investimos nela pode ser o principal gerador de empregos e, consequentemente, também de impostos e renda para o Estado de Mato Grosso, superando, se houver investimento, com agronegócio, que hoje é o carro-chefe do Estado de Mato Grosso.

Nós temos que começar a discutir isso e este é o momento certo. Aqui é apenas um embrião que vamos dar, vai ser um começo para que possamos criar leis, para que possamos criar alternativas para que essa exploração torne-se viável e realidade.

Então, diante desta discussão aqui vai sair algumas propostas que nós vamos, eu, o Deputado Wilson Santos e a Assembleia Legislativa, juntos com todos os senhores levar adiante.

Encerrando o meu pronunciamento, antes de passar a palavra ao Deputado Wilson Santos, quero agradecer as presenças aqui conosco do Sr. Marcio Corrêa de Amorim, Superintendente do MPN; da Sr<sup>a</sup> Valeria Schimmir, Presidente do SEMATEC; do Geólogo Mario Cavalcante de Albuquerque, Diretor Administrativo da Caixa de Assistência dos Profissionais do CREA; do Sr. Tiago Gomes de Assis, Analista Contável; do Sr. Sérgio Canonga, Diretor da Rio Manso Comercial e Industrial de Minério; Luiz Benedito de Lima Neto, Presidente da COOPERARDIA; Gilson G. Camboim, Presidente da Cooperativa dos Garimpeiros do Vale do Rio Peixoto do Município de Peixoto de Azevedo; Erlan Rosa de Moraes, Presidente da COOGAP, Cooperativa de Mineração de Garimpeiros de Poxoréu; Hermes Serra, Diretor da Associação Amigos do Rio Cuiabá; Carlos Oseko, Conselheiro do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Mato Grosso.

Agradecemos a presença de todos os geólogos da METAMAT que estão aqui acompanhando e dando suporte para esta Audiência Pública.

Agradecemos ainda a presença da diretoria da Engeglobal; a presença dos alunos do curso de geologia da UFMT que estão aqui acompanhando esta Audiência Pública.

Muito obrigado a todos que estão colaborando, de uma forma ou de outra, para a realização desta Audiência Pública.

Com a palavra, o nobre Deputado Wilson Santos para fazer o seu pronunciamento.

O SR. WILSON SANTOS - Querido amigo e Presidente desta importante Audiência Pública, Deputado Eduardo Botelho; Elias Santos Filho, Presidente da METAMAT; Caiubi Emanuel Souza Kuhn; Reinhard Ramminger; meu colega contemporâneo de Movimento Estudantil, Julião; Prefeito Sinval Campos, de Peixoto de Azevedo, em nome dos senhores cumprimento todos os que estão presentes nesta mesa.

Acadêmicos de geologia, uma das mais antigas faculdades da nossa UFMT, berço da politização do Movimento Estudantil Mato-grossense; professores; mestres; doutores; servidores da METAMAT; demais convidados.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A POLÍTICA ESTADUAL**  
**SOBRE GEOLOGIA E RECURSOS MINERAIS NO ESTADO DE MATO GROSSO,**  
**REALIZADA NO DIA 03 DE JUNHO DE 2016, ÀS 14H.**

---

No Baú tinha uma expressão que dizia o seguinte: “eu fico besta de ver...” Não é, Ney? Como uma riqueza extraordinária e abundante, entra governo e sai governo, continua rigorosamente adormecida.

Não sei o que acontece com esse setor que durante os períodos eleitorais são objetos de relevantes promessas: “agora, sim, agora a coisa vai. É só votar em mim que vocês vão ver. Agora a coisa vai para valer”. E quando se apura os votos e dá-se as posses o assunto vai rigorosamente para a gaveta. É impressionante!

Disse aqui o Presidente desta Audiência Pública, Deputado Eduardo Botelho, que a ocupação do nosso Estado teve início na procura e na garimpagem do ouro. Nós pulamos o Tratado de Tordesilhas em busca de índios e ouro.

Só as minas de Cuiabá produziram cento e 150.000 de ouro, fazendo com que Cuiabá na década de 1720 fosse a maior e a mais populosa comunidade deste País, desta Colônia. Tínhamos uma população superior a São Paulo e a Capital Salvador, a tal ponto que o Rei de Portugal determinou ao Governador de São Paulo, Dom Rodrigues Cesar de Menezes, que deixasse o Planalto de Piratini e deslocasse a Capitania de São Paulo para Cuiabá, para as alvissareiras minas de ouro de Cuiabá. Assim foi feito e durante 18 meses Cuiabá foi a Capital da Capitania de São Paulo. Daqui o Governador Paulista governava toda esta região, Goiás e até o Oceano Atlântico. O ouro dando essa importância a Mato Grosso a Cuiabá.

Exaurida esta lavra extraordinária, descobrimos ouro na região de Vila Bela da Santíssima Trindade, a primeira Capital de Mato Grosso.

Não praticávamos a garimpagem do diamante porque a coroa trazia para si, era uma exclusividade da Coroa Portuguesa, mas foi através da garimpagem, da mineração, que consolidamos Cuiabá e outras cidades como vou citar aqui.

A região de Vila Bela da Santíssima Trindade já era atingida pelos Bandeirantes, especialmente pelos irmãos Paes de Barros, Fernando e Arthur Paes de Barros, que deram o nome a região de Mato Grosso, nome que acabou sendo estendido para todo o nosso Estado.

O nome Mato Grosso vem daquela região do Guaporé, quando aqueles paulistas defrontaram pela primeira vez com as franjas da floresta amazônica.

Em busca de índios ali também encontram ouro, mas não foi só essa passagem.

Em 1903 surge Cassununga, hoje um pequeno distrito de Tesouro.

Cassununga vai iniciar uma ocupação extraordinária que dará origem a municípios como Poxoréu, Torixoréu, Barra do Garças, Barra do Garças, Alto Garças, toda essa região, e notadamente é marcada com a chegada de um agrônomo, um engenheiro agrônomo. Engenheiro Agrônomo hoje é gente importante em qualquer lugar, imagem em 1910, aproximadamente, quando Morbeck aterrissa naquela região!

Morbeck, provavelmente, foi o primeiro presidente do INTERMAT mato-grossense. Ele deixa a direção do Departamento de Terras, se localiza ali e domina as minas de diamantes, que além da quantidade era de uma excelente qualidade o diamante do leste mato-grossense e torna-se, além de um homem muito rico, comandante de milhares de pessoas, de trabalhadores, um líder político muito forte. Ninguém se elegia em Mato Grosso sem os votos de Morbeck.

Quando ele rompe com Pedro Celestino, Celestino determina a um compadre de Morbeck, por nome Carvalhinho, que vá para lá enquadrar seu compadre. Compadre a parte, missão tem que ser cumprida. Carvalhinho vai e não consegue, fumando charuto, fazer o que o governador

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A POLÍTICA ESTADUAL**  
**SOBRE GEOLOGIA E RECURSOS MINERAIS NO ESTADO DE MATO GROSSO,**  
**REALIZADA NO DIA 03 DE JUNHO DE 2016, ÀS 14H.**

---

da época pretendia. Então, entra em conflito, e muitos de vocês ouviram falar do embate entre Morbeck e Carvalhinho, que se arrasta por mais de uma década, com mais de 500 assassinatos.

Numa última passagem, Carvalhinho chega a Poxoréu e simplesmente põe fogo no quartel da polícia militar de Poxoréu, tamanho o seu poderio bélico e de homens que o seguiam!

As relações comerciais dessa região não eram feitas com Cuiabá, eram diretamente com o Rio de Janeiro nas décadas de 20 e 30.

Então, nós temos o surgimento.

Depois nós vamos ter, a partir dos anos 70, quando o Governador Fragelli vende 2 milhões de hectares de terras, para Ênio Pipino, Colíder Melhoramentos, Ariosto da Riva e João Carlos Meirelles e outros, a abertura do nortão do Estado, que tínhamos basicamente só Porto dos Gaúchos.

João Guedes, era de Colíder, do Distrito de Colíder, Sr. Presidente, eleito Vereador pelo Distrito de Colíder, e vinha todo mês à Câmara Municipal de Chapada dos Guimarães, porque Colíder pertencia a Chapada dos Guimarães. Colíder era quase 10 vezes maior do que Sergipe. Sergipe tem 23.000 quilômetros quadrados, Chapada dos Guimarães tinha 206.000 quilômetros quadrados, era o maior Município do Planeta Terra. Saímos daqui e íamos até a divisa com o Pará, tudo isso pertencia à Chapada dos Guimarães. E do outro lado tudo isso pertencia a Diamantino, que fazia divisa com o Amazonas.

Na gestão do Governador Fragelli, 2 milhões de terras públicas são vendidas e surge o ciclo de nascimento de cidades como Peixoto de Azevedo, Alta Floresta, Paranaíta, Apiacás, Juruena, Novo Mundo, Matupá, Nova Guarita, Nova Bandeirantes e outras. Hoje Mato Grosso continua sendo o maior produtor de ouro do Brasil. Falam em 8 toneladas, 9, 10, e alguns até falam em mais. E nós continuamos de costas para essas riquezas.

Temos uma Faculdade de Geologia aqui há 40 anos das melhores do País, com mestres e doutores e pós-doutores excepcionais com trabalhos reconhecidos no Brasil mundo afora, mas não conseguimos contaminar os políticos, não conseguimos sensibilizar...

O Sr. Sérgio Canogia - Falta faculdade estadual.

O SR. WILSON SANTOS - Muito bem, Sérgio. Sérgio já me cobrou, há mais tempo, que a UNEMAT crie também a Faculdade de Geologia. Eu já fiz essa indicação, Sérgio, por sugestão sua.

O Sr. Sérgio Canogia - Falta Governador e vontade de fazer.

O SR. WILSON SANTOS - Quando fizemos a visita à METAMAT e tivemos uma oportunidade de conhecer superficialmente, menos de um centímetro da superfície, a empresa e as potencialidades minerais do Estado, não tínhamos outro caminho a não ser propor um debate público, aberto com a sociedade para, quem sabe, encontrarmos os rumos e os caminhos para a construção, se não há uma política pública, uma política mineral para o Estado, de novos passos.

O novo Código Mineral do Estado não consegue ser votado no Congresso Nacional. Está há mais de 20 anos devidamente paralisado por um conjunto de conflitos que há, notadamente, no Estado de Minas Gerais, que não se define.

Já estamos no terceiro relator desse projeto, que não sai do Congresso Nacional. Não se aprecia em Plenário nem nas Comissões o novo Código Nacional de Mineração.

Nós temos dito, sempre que podemos, ao Governador do Estado e ao Secretário Seneri Paludo que, após as eleições, no período de transição, o novel Governo estabeleceu cinco prioridades para o desenvolvimento econômico e social do Estado, e umas dessas prioridades é a mineração.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A POLÍTICA ESTADUAL**  
**SOBRE GEOLOGIA E RECURSOS MINERAIS NO ESTADO DE MATO GROSSO,**  
**REALIZADA NO DIA 03 DE JUNHO DE 2016, ÀS 14H.**

---

Está eleita como prioridade pelo novo Governo, junto com o agronegócio e o turismo, dentre outros cinco itens, a política mineral para o Estado de Mato Grosso.

Fiquei sabendo que nós temos um aquífero de águas termais superior ao que há em Caldas Novas, ao que há em Rio Quente, onde passei a minha lua de mel.

(O SR. PRESIDENTE EDUARDO BOTELHO DIALOGA COM O DEPUTADO WILSON SANTOS - INAUDÍVEL.)

O SR. WILSON SANTOS - Faz tempo nada, Deputado Eduardo Botelho. Minha esposa será sempre minha namorada, serei sempre jovem com ela.

Nós temos algo maior do que aquilo, mas só vemos algumas coisas pontuais em Juscimeira, em Jaciara.

Lembro-me do Edízio com uma pasta debaixo do braço, andando para baixo e para cima. Edízio Rocha! O saudoso Edízio lutava por isso, mas não conseguia contaminar ninguém.

A Votorantim está entrando com um investimento de 800 milhões de reais em Aripuanã.

Temos granito de todas as cores, de todas as marcas, de todas as colorações, resistências e texturas para atender o mercado mato-grossense, brasileiro e mundial. Não conseguimos!

Temos manganês; bauxita; cassiterita; gás na Bacia dos Parecis; petróleo, os primeiros sinais de petróleo lá em São José do Rio Claro; diamante, produzimos mais de 70% do diamante nacional, mas parte considerada dessa produção sai pelos ladrões.

O Uruguai produz mais ouro que o Brasil, ninguém consegue explicar isso.

Temos algumas cooperativas bem organizadas, como a de Peixoto de Azevedo, cujo Prefeito se encontra aqui, gerando emprego, gerando trabalho, gerando impostos, rodando a economia daquele pólo; outras que podem ser formadas; e empresários já trabalhando com máquinas.

Quero encerrar as minhas palavras dizendo o que muitos dos senhores vieram aqui ouvir: temos trabalhado firmemente para que o Governo dê uma destinação correta ao seu aparelho de Estado, que vai tocar a política mineral. O Estado não pode prescindir de um aparelho governamental, de uma máquina pública para conduzir a sua política mineral.

Fala-se muito da extinção da METAMAT e fala-se muito da transformação dela numa agência, aos moldes do que aconteceu no Estado do Paraná. Eu, sinceramente, hoje, dia 03 de junho, não sei afirmar com segurança o que o Governo pensa. Talvez o nosso dileto amigo Joaquim Moreno, que veio aqui representando o Secretário Seneri Paludo, possa nos responder objetivamente o que Governo pensa em relação à METAMAT, se vai mantê-la, se vai transformá-la numa agência, se vai ampliá-la ou se vai extingui-la.

Agora um Governo nosso, que estabeleceu como uma das cinco prioridades para o desenvolvimento econômico e social do Estado a política mineral, não pode deixar de ter um aparelho nem pode transformar a METAMAT numa simples superintendência. (PALMAS) Digo isso não pelo grau de parentesco que me une ao meu irmão Elias, de forma nenhuma. Não é por isso. O Elias não nasceu na METAMAT, não vai morrer na METAMAT. Se amanhã sair ou não, vai continuar vivendo, tocando a sua vida, e eu vou continuar defendendo que haja um aparelho estatal, não necessariamente nos moldes desse que aí se encontra, Joaquim. Sou um neófito nesse assunto, mas essa resposta precisamos dar. Se o Governo não defendeu, há tempo ainda de partirmos para o convencimento, para a argumentação.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A POLÍTICA ESTADUAL**  
**SOBRE GEOLOGIA E RECURSOS MINERAIS NO ESTADO DE MATO GROSSO,**  
**REALIZADA NO DIA 03 DE JUNHO DE 2016, ÀS 14H.**

---

Eu consegui uma audiência com o Secretário Marco Aurélio Marrafon, que é o Coordenador da segunda reforma administrativa do Estado, e ele vai receber, na semana que vem, uma equipe técnica da METAMAT durante uma hora para que essa equipe possa apresentar a ele as potencialidades do Estado e qual o modelo de aparelho estatal e quero convidar o Deputado Eduardo Botelho, que está conosco nessa caminhada. O Deputado Eduardo Botelho esteve lá, também, viu e se apaixonou pelo sonho de fazermos aqui um polo joalheiro. As pessoas vêm comprar aqui a matéria-prima, fazem as joias e semijoias e voltam para cá para nos vender as joias e semijoias. Não sabemos transformar.

Então, muito obrigado, Sr. Presidente.

Eram essas as considerações que eu tinha a fazer.

Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Dando continuidade eu quero dizer que vamos passar a palavra aos palestrantes e se alguém da plateia quiser fazer alguma pergunta poderá fazer sua inscrição com as pessoas que estão dando assessoria para nós, desde que seja sobre o assunto da palestra. Após a pergunta o palestrante terá três minutos para responder. Para cada palestrante concederemos dez minutos para a sua exposição.

Com a palavra, o primeiro palestrante, o Presidente da METAMAT, Sr. Elias Santos.

O SR. ELIAS SANTOS - Deputado Eduardo Botelho...

(O SR. DEPUTADO WILSON SANTOS ASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 14H50MIN.)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - O Deputado Eduardo Botelho vai se ausentar, porque ele tem uma audiência. Ele foi chamado, agora, para ir ao Palácio Paiaguás e quem sabe ele resolverá, de uma vez por todas, a questão da METAMAT nessa audiência com o Governador.

Vamos ficar aguardando o senhor retornar com a boa notícia.

Com a palavra o Sr. Elias Santos.

O SR. ELIAS SANTOS - Deputado Wilson Santos, Líder do Governo, que, a partir deste momento, passa a presidir esta Audiência Pública; em nome do Sr. André Molina cumprimento todas as pessoas que fazem parte da mesa; cumprimento os servidores da METAMAT na pessoa do geólogo Gercino; os alunos da faculdade, meus senhores e minhas senhoras.

Eu normalmente sempre faço discurso de improviso, mas, desta vez, para tentar ser mais produtivo, resolvi escrever. Vou ler aqui rapidinho e, depois, comentar algumas coisas.

A riqueza mineral de Mato Grosso.

A riqueza mineral de Mato Grosso, embora tão pouco reconhecida pela população do nosso Estado, apresenta tradição e potencial para se transformar, mais uma vez, em destaque no contexto nacional. O Estado, ainda, não está mapeado com escala adequada, o que dificulta e muito o melhor aproveitamento das nossas riquezas minerais. O Estado é grande importador de insumos agrícolas, principalmente insumos minerais como fósforo, potássio e importador de rochas ornamentais como granito, mármore, importador de produtos cerâmicos, pisos, azulejo, vasos sanitários, pias, importador de produtos da indústria de joalherias, metais nobres, importador de vários outros produtos imprescindíveis para o agronegócio e para a construção civil.

Temos que fazer ações que melhorem o ambiente de negócio nos setores primários, secundário e que diversifique as cadeias produtivas do Estado para fazer com que Mato Grosso diminua a sua dependência com as *commodities*.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A POLÍTICA ESTADUAL**  
**SOBRE GEOLOGIA E RECURSOS MINERAIS NO ESTADO DE MATO GROSSO,**  
**REALIZADA NO DIA 03 DE JUNHO DE 2016, ÀS 14H.**

---

Tal diversificação proporcionará, também, o crescimento e fortalecimento da indústria do comércio e de serviços, fazendo com que Mato Grosso passe a desenvolver o seu setor secundário e terciário, buscando a agregação de valor de seus produtos em seu próprio território. Com o fortalecimento da indústria o Estado alcançará não apenas a diversificação, mas, também, o adensamento e a verticalização da cadeia produtiva.

Para a diversificação industrial e o adensamento da cadeia produtiva o Estado carece de colocar em prática uma política mineral que atenda os interesses atuais do Estado. Essa política tem que ser construída a quatro mãos: o Estado juntamente e os segmentos da mineração.

Para todos os efeitos Mato Grosso, além do Estado do agronegócio, também, é o Estado da mineração. O Estado tem relevante vocação para produtos de bens minerais existentes em seu território. Temos três distritos diamantíferos: a região de Juína, a região da nascente da cabeceira do Rio Paraguai, que é Alto Paraguai, Diamantino; a região de Paranatinga, Poxoréu e Guiratinga. Temos 3 províncias auríferas: o Vale do Guaporé, que é Vila Rica, Pontes e Lacerda, Nova Lacerda; Baixada Cuiabana, Cuiabá, Poconé, Nossa Senhora do Livramento, a região de Peixoto de Azevedo: Peixoto de Azevedo, Matupá e Guarantã do Norte. Temos 4 províncias de rochas carbonáticas, que são: a província serrana, que é a região nobre de Tangará da Serra, região de Poxoréu, Alto Garças, Itiquira, região de Nova Xavantina e Cocalinho. Temos 20 surgências de águas termais: Vale do São Lourenço, que é a Serra de São Vicente, Jaciara, Juscimeira, São Pedro da Cipa até Rondonópolis. Temos a região do Araguaia, Barra do Garças, General Carneiro. Temos um depósito de níquel na região de Comodoro, depósito de zinco, cobre e chumbo. Ou seja, Mato Grosso, a partir de 2018, se tudo ocorrer bem, vai se tornar o maior produtor de polimetais do Brasil, produzindo zinco, cobre, chumbo. O Grupo Votorantim está investindo 700 milhões de reais naquela região.

Temos 3 jazimentos de granito: na região de Rondolândia, Nova Bandeirantes; na região de Alta Floresta, Vale do Guaporé e Canarana. Temos 18 jazimentos de água mineral: Baixada Cuiabana, Rondonópolis, Tangará da Serra, Vale do São Lourenço e região do Araguaia; além de inúmeras ocorrências de quartzo, de caulim, na Santa Cruz do Xingu e Apiacás, argilas; fosfato na região de Mirassol d'Oeste; sais na região de Porto Alegre do Norte, que tem que intensificar as pesquisas para sabermos se é potássio; calcário, cobre, estanho, manganês na região de Juína, Guiratinga e Tesouro; grafite na região de Poconé e Santa Terezinha e temos a possibilidade de ter um polo de joalheria aqui. Levaram as nossas gemas de diamantes há muito tempo. Vamos deixar levar as nossas gemas dessas outras pedras?

Na região de Poxoréu nós temos a ágata. Em Aripuanã, Vila Rica e Pontes e Lacerda tem ametista e opala de fogo; Paranatinga tem granada; em Juína tem zircão; Guiratinga tem jaspe; em Colniza tem topázio; a Baixada Cuiabana tem iodolita e quartzo rutilado; em Planalto da Serra tem quartzo fume.

Ou seja, Mato Grosso é um Estado riquíssimo. Nós somos o terceiro Estado com maior potencial em recursos minerais. Somos o primeiro produtor de diamante. Produzimos 84% de todo diamante industrial produzido no Brasil. Somos o terceiro produtor de ouro. Produzimos aproximadamente 10 toneladas de ouro por ano em Mato Grosso, sendo que só as cooperativas de garimpeiros são responsáveis por 50% dessa produção.

Então, é um Estado muito rico. Nós temos o agronegócio aqui que só tem condições de produzir com os insumos minerais. Se não tiver o calcário, se não tiver o fosfato, se não tiver o potássio, não produz soja neste Estado. E, hoje, não sei se, o segmento do agronegócio parece que não está muito interessado de onde vem se está vindo de júpiter, se está vindo de marte. Ele está comprando esse produto e jogando aqui. O Estado tem que ter uma visão para os próximos

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A POLÍTICA ESTADUAL**  
**SOBRE GEOLOGIA E RECURSOS MINERAIS NO ESTADO DE MATO GROSSO,**  
**REALIZADA NO DIA 03 DE JUNHO DE 2016, ÀS 14H.**

---

trinta, quarenta, cinquenta anos. Como é que estará a produção da soja? Como estará o consumo do agronegócio daqui a 100 anos, daqui a 50 anos? Como vai estar a concorrência lá na frente.

Então, o Estado tem que estar preparado para competir lá na frente. E vamos competir como? Com pesquisa, descobrindo as nossas riquezas. Nós temos potenciais para ter essas riquezas aqui, no Estado. Temos que investir em pesquisa para descobrir.

Eu vou dar um exemplo aqui, a sua casa. Noventa por cento do que tem na sua casa são de recursos minerais. A areia, o tijolo, o cascalho, o azulejo, a pia, a louça, a torneira, tudo é de recursos minerais.

Nós temos a argila em Mato Grosso para produzir qualquer tipo de piso. Não dá para aceitar você ir à Empresa JBL, ali na Miguel Sutil, e comprar granito vindo da China, sendo que nós temos granito em várias regiões aqui de Mato Grosso e não conseguimos tirar para colocar para vender aqui.

Como nós vamos conseguir isso? Com uma política séria para investimento, uma política séria do Estado voltada para o segmento.

Foi criada uma Lei, em 1994, do Conselho de Geologia e Recursos Minerais, que nunca foi colocada em prática. Temos que reativar esse Conselho; temos que colocar o segmento para discutir e cobrar do Estado políticas que possam incentivar o investimento na área da mineração.

O segmento que mais gera emprego é o segmento da construção civil e o segmento da mineração. É um segmento muito forte. O Estado tem uma potência muito grande e não podemos, de forma alguma, abrir mão disso e deixar ser levado como está sendo levado.

Então, Deputado Wilson Santos, esta Audiência Pública é muito importante para que todo o segmento da área da mineração, da geologia, possa aqui colocar as suas demandas, colocar as suas ideias para que possamos realmente voltar e levantar esse setor da mineração no Estado, que é um setor muito forte. Nós temos condições de ter tanta força como tem o agronegócio para Mato Grosso.

Era apenas isso. Obrigado pela oportunidade. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - A Assembleia Legislativa agradece a fala do Presidente da METAMAT.

Convido o Dr. Antônio João Paes de Barros, Geólogo da METAMAT, para fazer uso da palavra.

O Dr. Antônio João vai falar sobre Geologia e Recursos Minerais.

Doutor, o senhor tem até dez minutos para falar. Eu sei que é pouco, mas a relação de inscritos aqui é grande. Então, o senhor vai abusar da sua capacidade de síntese.

Depois, nós temos inscritos o Professor e Doutor Paulo Cesar Correia da Costa, que vai falar sobre a contribuição da geologia para Mato Grosso; o Geólogo André Luiz Molina; o Professor e Mestre Caiubi Kuhn; o Dr. Kalix Paes de Barros; e o Sr. Joaquim Moreno, que falará em nome do Secretário Seneri, são os inscritos.

Com a palavra, o Dr. Antônio João Paes de Barros, Geólogo da METAMAT.

O SR. ANTÔNIO JOÃO PAES DE BARROS - Boa tarde a todos!

Eu não tenho muita prática de falar como o Deputado Wilson Santos, como os políticos, mas vou tentar colocar algumas informações com relação à geologia e a mineração do Estado de Mato Grosso com a ideia de dar subsídio justamente a este debate que propõe este encontro.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A POLÍTICA ESTADUAL**  
**SOBRE GEOLOGIA E RECURSOS MINERAIS NO ESTADO DE MATO GROSSO,**  
**REALIZADA NO DIA 03 DE JUNHO DE 2016, ÀS 14H.**

---

Quando se fala em política mineral vem o primeiro ponto: política mineral, quem? Por quê? Normalmente, a política é pública, a política das empresas é privada. Então, quem acompanha isso tudo? Normalmente, são os Governos Federal, Estadual e Municipal. No caso, Mato Grosso já promoveu esse debate no ano de 2000, na época do Governo Dante de Oliveira, inclusive, envolvendo universidade, foi feito pelo IPEN, com pesquisadores, com pessoas do governo e gerou um documento.

O setor mineral de Mato Grosso: diretrizes para ações de Estado.

É um documento que é público, está divulgado e, na verdade, o que esse documento gerou? Ele gerou uma série de diretrizes que seria de diretrizes justamente para ações e políticas públicas, só que isso também ficou letra morta. Por quê? Porque uma política pública, uma política de mineração requer não só os agentes do Governo, das universidades, dos geólogos, da categoria, ela requer o envolvimento de toda sociedade, de instituições, de organizações, para realmente ter uma fundamentação e uma validação.

Basicamente, nós precisamos responder esses quesitos.

E outro ponto importante que tem muita confusão: Plano de Estado e Plano de Governo.

Nós vivemos em Mato Grosso em função de planos de governo que, normalmente, são feitos em função de quem ganha o governo de ocasião e tem os seus horizontes condicionados às diretrizes e metas desse governo. No caso, tanto o Plano Plurianual, agora tem MT + 20, Lei de Diretrizes Orçamentárias, enfim, é isso que na verdade vira um plano de Estado. Mas, na verdade, nós estamos tratando de plano de governo e precisamos ter um plano de estado para a mineração, um plano do setor da mineração, que envolva as entidades, as universidades, os trabalhadores, os profissionais, enfim, toda sociedade.

Aspectos institucionais geopolíticos.

Na verdade, o papel do Estado hoje tudo está centrado no Governo Federal, no DNPM. O DNPM é o dono da bola. Em função justamente desses três artigos da Constituição.

O único artigo, o art. 23, diz que é competência da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios acompanhar, enfim, participar do processo de gestão.

Só que esse art. 23 da Constituição, mesmo após 27 anos, nunca foi regulamentado. Então, o Estado fica refém de como atuar no setor de mineração.

Os balizamentos em nível de Estado: a Constituição tem o art. 297 que define a Política Estadual sobre Geologia e Recursos Minerais e propõe que o Estado vai instituir o sistema estadual de geologia e recursos minerais e define se o sistema tem uma instância política, técnica e de meio ambiente.

A política, naturalmente, é a Secretaria, atualmente a SEDEC; a técnica é a METAMAT, que vem ocupando esse espaço, apesar de todos os problemas, de todas as dificuldades das limitações e das deficiências de todos, porque todos nós temos problemas também; e a questão ambiental, que é da SEMA.

Essa lei que foi regulamentou o art. 297 da Constituição Estadual institui o sistema estadual e o conselho. Só que essa lei até hoje não foi implementada, que é justamente aquilo que estávamos comentando, discutindo, não adianta ter uma política mineral, discutir aqui, ter o apoio do Deputado, nós precisamos internalizar isso na sociedade para que realmente se torne uma realidade.

A agricultura de Mato Grosso, há 40 anos, não era nada. Apareceu uma pessoa maluca, tal de Jonas com um grupo de pessoas, que ele conseguiu arregimentar e hoje Mato Grosso é essa potência agrícola em função... Hoje nós temos três Senadores do agronegócio. Isso é reflexo de

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A POLÍTICA ESTADUAL**  
**SOBRE GEOLOGIA E RECURSOS MINERAIS NO ESTADO DE MATO GROSSO,**  
**REALIZADA NO DIA 03 DE JUNHO DE 2016, ÀS 14H.**

---

um trabalho de 40 anos atrás por alguns idealistas que resolveram pegar e trabalhar para levantar a agricultura de Mato Grosso.

Muita confusão, o Secretário de Estado Seneri falando que - uns argumentos dele - “O que a METAMAT faz que a Secretaria não pode fazer, que a Superintendência não pode fazer?”

Eu acho que isso é uma questão de princípio de Administração Pública. Você tem a questão da administração direta e indireta e cada uma tem suas peculiaridades, têm suas funções, suas tipicidades, e isso é fundamental entender como funciona a Administração Pública e quais são as atribuições e competências dos órgãos das administrações direta e indireta.

É importante que se defina o papel do Estado no setor. Quer dizer, aquela questão do art. 23 da Constituição Federal é fundamental ser regulamentada. Enquanto não tiver um papel claro para o Estado não tem como ele atuar. Então, fica essa situação meia boca, realmente sem ter uma definição.

Vamos ver como isso está em outros Estados da Federação.

Nos outros Estados, por exemplo, pegando uns cinco aqui: em Minas Gerais tem a Secretaria e tem a CODEMIG, que é uma S/A; no Pará tem a Secretaria e dentro da Secretaria tem uma Diretoria de Geologia, também na parte todas elas de planejamento e fomento; na Bahia é uma empresa de economia mista, como a METAMAT, que atua na pesquisa, na prospecção, e é uma das poucas que teve sucesso nesse modelo de economia mista.

A METAMAT também teve sucesso, mas as minas que ela gerou foram todas dadas e dilapidadas por gestões irresponsáveis.

Mato Grosso tem a SEDEC e a METAMAT; e Rondônia tem a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social e ainda mantém uma Companhia de Mineração.

Essa Companhia de Rondônia em 2014 começou a operar uma mina de calcário própria para poder competir com o calcário que chega de Mato Grosso, para o produtor de Rondônia ter um calcário mais barato para produzir soja competitiva com Mato Grosso.

Quer dizer, o que Mato Grosso fez em 1973, quando montou a primeira usina de calcário de Mato Grosso, em Barranquinho, Rosário Oeste, eles estão fazendo agora.

Essas coisas dependem de visão de governo, de estratégia de governo. Isso não é receita de bolo. Não é qualquer um desinformado que chega e vai fazendo as coisas da sua “orelha”. A pessoa tem que ter...

Eu gosto do Deputado Wilson Santos porque ele tem visão histórica. A pessoa tem que ter noção da história, da dimensão histórica do homem, percepção filosófica e humanitária.

Não é simplesmente... Nós não estamos tocando boi. Estamos mexendo com pessoas, com gente.

Aqui tem um breve histórico da atuação da METAMAT, o estágio que ela tinha imposto, tinha receita, que era o Imposto Único de Mineração.

Ela atuou como empresa de economia mista; o projeto do Calcário Barranquinho foi o primeiro projeto dela, com o Dr. Joaquim Jurandir, que era companheiro nosso à época e tocava esse projeto; o Manganês de Urucum, que Jaime Campos deu de graça; termas de Palmeiras, que foi doado para um hotel; enfim, e todas essas áreas que foram geradas de reservas. Isso já passou, é passado.

Teve o estágio em que atuou como órgão da Administração Direta, basicamente trabalhando em parceria com a SEMA, DNPM, PRODEAGRO, Prefeitura, enfim; e finalmente estamos nesse estágio em que estamos atuando principalmente com instrução de fomento.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A POLÍTICA ESTADUAL**  
**SOBRE GEOLOGIA E RECURSOS MINERAIS NO ESTADO DE MATO GROSSO,**  
**REALIZADA NO DIA 03 DE JUNHO DE 2016, ÀS 14H.**

---

Por exemplo, eu grifei esse fosfato da Serra do Caeté. É muito importante esse fosfato da Serra do Caeté, porque é uma reserva de fosfato que pode ajudar a minimizar a dependência externa do fosfato de Mato Grosso para a agricultura.

Esse fosfato foi descoberto por um técnico da METAMAT, só que quando a METAMAT descobriu esse fosfato, através do Gercino, um geólogo colega nosso que está aqui, na verdade, a área já estava requerida, porque tinha saído uma geofísica da CPRM, uns sete, oito meses antes, e uma empresa, que na época era o grupo que sucedeu a BEMIZA, já tinha requerido tudo, porque tinha uma anomalia de ferro lá. Não tinha nada de indicativo de fosfato, era uma anomalia de ferro, e eles já tinham requerido.

Para vocês verem como é importante essas informações da área geofísica que são geradas pelo CPRM, muitas vezes com recursos do Estado, e agora até com recursos do PAC, para gerar riquezas.

Há também a forma como essa informação deve ser divulgada e nós vamos tratar disso à frente.

Modelos alternativos de gestão.

Em face do modelo de gestão centralizada, alguns Estados têm invocado o poder de polícia para atuar no setor mineral, notadamente, Pará e Minas Gerais.

Eles criaram uma lei que institui uma pasta de controle e um cadastro para poder atuar no setor.

Os Estados estão utilizando o poder de polícia porque o Governo Federal não abre.

Essa Federação nossa, na verdade, é uma piada.

O caso do Estado de Mato Grosso.

É interessante para Mato Grosso participar do processo de gestão do setor de forma similar ao que fizeram em Minas Gerais e Pará? Ou seja, um Estado cada vez mais fiscal ou policial, ou pensarmos em um modelo de Estado provedor de conhecimento e fomento, um Estado de fomento, enfim, que seja instrumento para o desenvolvimento sustentável e igualdade social?

Eu acho que essas são as grandes perguntas que devem ser feitas quando começamos a falar de política mineral: é o papel do Estado e o que nós queremos.

Quem tem que responder essas perguntas são vocês, principalmente os jovens que estão estudando hoje.

Eu e o Gercino estamos há dois anos para nos aposentar - nós estamos aqui para contribuir, para ajudar e tentar melhorar -, assim como vários professores, e fiquei satisfeito por ver aqui o Sr. Serafim, o professor Cleverson, que já deram sua contribuição, e nós também estamos dando a nossa, repassando o nosso conhecimento, o que podíamos contribuir.

Eu acho que essa seria a discussão: qual o modelo seria mais eficaz?

O que deveria balizar e contemplar um plano mineral? O subsolo.

Quando você fala da questão garimpeira, da origem de Mato Grosso, isso aqui tem uma forte inserção cultural. Em Peixoto de Azevedo, em Tesouro, Torixoréu, em algumas regiões de Poxoréu, isso está arraigado no sangue das pessoas, no DNA.

Não é uma pessoa que chegou aqui ontem, um pau-rodado, que vai falar o que você vai fazer, ou o que não vai fazer neste Mato Grosso.

Não é assim não! Tem que mudar isso. (PALMAS)

Apesar de tudo que se fala de minério, Mato Grosso hoje, toda sua base econômica está centrada em seis minerais só - apenas seis representam a base econômica do Estado.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A POLÍTICA ESTADUAL**  
**SOBRE GEOLOGIA E RECURSOS MINERAIS NO ESTADO DE MATO GROSSO,**  
**REALIZADA NO DIA 03 DE JUNHO DE 2016, ÀS 14H.**

---

A questão da mineração industrial e pequena mineração. Na verdade, esse conflito, nós colocamos esse “x” aqui porque sempre é tratado como conflito, mas não existe conflito, o que falta é governança e sinergia. Falta autoridade! Falta o DNPM largar de ficar concentrando tudo em Brasília. Menos Brasília e mais Brasil!

Como promover incremento... Cartografia geológica... Isso é atribuição da CPRM. Os colegas que estão aqui...

Falo isso porque muito os colegas têm até tido problemas no DNPM por causa da CPRM.

Quando o Jaime Campos assumiu o Governo, eu tive que passar dois anos escondido da CPRM. Foram o Joaquim e o Mário que me recolheram lá. Eu não tenho gratidão maior do que a que tenho por eles e eu estou falando aqui agora. Mas não tem nada pessoal. O problema é a organização que está errada, que está equivocada, a estrutura de poder.

Tem que mudar isso, entendeu?

Esse negócio da CPRM, por exemplo, fazer mapeamento só para escala regional, só para gringo, para atender grande mineração.

Nós tivemos uma discussão disso com a CPRM em Peixoto de Azevedo há três anos, eles inclusive ficaram de fazer um mapeamento adequado para os garimpeiros, para a pequena mineração lá. Até começaram o serviço e desistiram, não sei por qual motivo.

Essa questão da política de acesso a dados aerogeofísico. A CRPM contrata o levantamento aerogeofísico e vende para as empresas que podem comprar.

Quem não pode comprar que se lasque!

Não é assim não! O dinheiro é público. E ultimamente o dinheiro é do PAC. Quer dizer, isso aí é ridículo!

Eu fui cobrar agora do pessoal em Ouro Preto e eles falaram: “Nós vamos disponibilizar.”. Daí eu fui ver e está em sistema, em *raster*. Não, cara! Não é assim! Como vai se avançar a mineração se se cria caixa preta, se cria dificuldade para ter o conhecimento geológico, o acesso.

Aqui é uma síntese do que representa a arrecadação da produção mineral com base CEFEM do ano de 2015.

Então, vê-se muito bem a questão do ouro e do calcário, que são os carros-chefes, estima-se o valor da produção em torno de um bilhão e 15 milhões, que é em torno de 1,5% do PIB, e empregos direto em torno de 28.800. Esses são dados oficiais do DNPM.

Esses são alguns números e não vou ficar me prendendo a isso.

Aqui é uma realidade de produção do ouro, de como está a questão do trabalho iniciado em Peixoto de Azevedo. Hoje o maior produtor é o Município de Poconé e depois Nossa Senhora do Livramento. Aqui temos quanto Peixoto do Azevedo recebeu, no ano passado, a título de repasse constitucional do IOF ouro.

O montante do ouro legal produzido vem aumentando em função das ações de ordenamento e regularização. Trabalhamos muito em Poconé junto com a Cooperativa do André, na década passada, e ultimamente trabalhamos, há sete anos, em Peixoto de Azevedo.

Esses dois Municípios realmente mudaram a percepção. Na verdade, em Poconé hoje nós falamos garimpo, mas são pequenas minerações, só que lá se trabalha em regime de PLG, que é o regime de lavra garimpeira.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A POLÍTICA ESTADUAL**  
**SOBRE GEOLOGIA E RECURSOS MINERAIS NO ESTADO DE MATO GROSSO,**  
**REALIZADA NO DIA 03 DE JUNHO DE 2016, ÀS 14H.**

---

A única província aurífera que ainda está atrasada é o Guaporé, porque a Santa Elina senta em cima, há quarenta anos, e ninguém tem peito de enfrentar. Já me coloquei à disposição e, se quiserem brigar, estou junto. Enquanto eu tiver forças, estou aqui pra brigar.

Em 2015, a produção de ouro legal produzido nos garimpos, com base no IOF, foi de 6 toneladas. Estima-se que no referido ano gerou 15.000 empregos diretos e 75.000 empregos indiretos, circulando na economia dos Municípios produtores receitas da ordem de 740 milhões de reais. Esse dinheiro circulou na cidade, no comércio, na indústria local, enquanto esse ouro das indústrias “não se sabe” para onde vai! Vocês vão ver para onde vai.

Aqui está o comportamento. Isso aqui é o preço do ouro. A tendência do preço do ouro está em reais. A escala não está legal aqui. Essa aqui em vermelho é a produção do ouro de garimpo; e essa outra é a produção do ouro das minas. Está em quilos. A produção do ouro de garimpo chegou a quase 6 toneladas e a produção do ouro de minas ficou em torno de 5,2 toneladas.

Vamos falar sobre essa questão de política de geologia. A ideia da discussão de política mineral seria para discutir uma política de geologia e uma política de mineração. O que entendemos de balizamento da política de geologia? O DNPM e o CREA, cumprindo as suas competência... Por exemplo, para você fazer um puxadinho na periferia de Cuiabá, você tem que colocar uma placa do CREA falando quem é o engenheiro executor da obra. Para a pesquisa mineral, que é o serviço mais nobre do geólogo, o DNPM emite um alvará de pesquisa, mas nem o CREA nem o DNPM exigem o executor da obra, o executor daquele serviço. Uma simples medida como essa, de imediato, geraria pelo menos 100 empregos de qualidade para geólogo no setor.

Se você entra no *site* do DNPM ou se você entra no Cadastro Mineiro, está lá, só aparece o nome de quem fez o requerimento, como responsável técnico. Ele é o responsável técnico pelo requerimento da pesquisa. A partir do momento em que saísse o alvará, o DNPM e o CREA, que é outra entidade, deveriam obrigar, no prazo de 90 dias, prazo para comunicar o início da pesquisa, a indicar o responsável técnico. Isso geraria emprego e obrigaria a empresa... Quem vai ficar pagando um cara por um serviço em Peixoto de Azevedo, em Guarantã do Norte, em Juruena e deixar o cara dormindo lá? Isso vai obrigar o empreendedor, aquele minerador a pesquisar, a gastar, a gerar mais emprego. Isso é importante.

O DNPM deveria exigir, ao término dos alvarás de pesquisa, juntamente com a entrega dos relatórios, um balancete financeiro. Eu sei das dificuldades do DNPM, dos colegas: faltam recursos, falta gente. Mas por que não faz uma portaria? O DNPM é ágil em fazer portarias. O Diretor-Geral deve ter umas 1.000. Por que não uma portaria exigindo que faça a entrega, junto com o relatório final, de um balancete financeiro com as notas fiscais e de serviços da pesquisa? E já que se fez da pesquisa, comprove que se fez da pesquisa! Não fique especulado, onerando o subsolo e nos envergonhando, como geólogos. Nós nos sentimos palhaços com isso.

O DNPM deveria obrigar as empresas a guardarem ou destinarem o acervo técnico da pesquisa. Nós estamos cansados de, ao andar no interior por onde essas empresas juniores passam, ver os testemunhos amontoados. Hoje um furo de 300 metros custa em torno de 10.000 a 15.000 reais. E está tudo lá jogado. Quem é o responsável por isso? É o DNPM. Ele mesmo se diz responsável por isso. Ele deveria repassar as atribuições, dar para alguém. Para que tanta concentração?

O DNPM deveria dar publicidade a todos os resultados das pesquisas geradas pelas empresas em um prazo máximo de 5 anos. Tudo isso são sugestões, são balizamentos que estamos colocando. Quer dizer, o cara faz um relatório, e nós temos que ir lá no DNPM para conseguir um

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A POLÍTICA ESTADUAL  
SOBRE GEOLOGIA E RECURSOS MINERAIS NO ESTADO DE MATO GROSSO,  
REALIZADA NO DIA 03 DE JUNHO DE 2016, ÀS 14H.

---

relatório antigo. É uma coisa extenuante mesmo para quem tem um relacionamento pessoal, uma amizade. Calcula para quem não tem! É um negócio maluco! Temos que abrir as porteiças.

Obrigador por lei a CPRM ou outra empresa que efetuar levantamentos aerogeofísicos no Estado a tornar público os dados, mesmo que seja após um período de dois anos. Nós estamos tentando conseguir um levantamento aerogeofísico que foi feito lá em Peixoto de Azevedo que nós mesmos demandamos à CPRM e brigamos para ela fazer. Foi feito em 2014, conseguimos, mas não temos os *softwares* especializados, como o *Geo Software*, porque custam uma fortuna, para armazenar essas informações. Conseguimos uma parceria com a UNB, e o pessoal do Paraná está disposto até nos ajudar. O próprio Francisco, que é geológico da Universidade do Paraná, doutor, que trabalha junto com a CPRM, dispôs-se a vir aqui para nos ajudar, porque não conseguimos os dados. Chega a ser irritante isso mesmo para nós que temos amizade com esse pessoal, o que fica pior ainda.

Pode passar. Isso aqui é só para lembrar a questão no DNPM da concentração do poder. O próprio Regimento Interno do DNPM diz que ele tem que organizar, sistematizar, integrar e divulgar o conhecimento geológico. Nós sabemos que o DNPM não dá conta disso! Para que tantas competências e atribuições? Quando escrevi isso aqui, não era para ser sarcástico não, mas chega de tanta competência e atribuição. Vamos abrir, vamos abrir o coração, gente! O Brasil está parado por muitas pequenas coisas.

Pode passar. Com relação à política de mineração, desconcentrar, descentralizar e desburocratizar. Regulamentação do art 23 da Constituição Federal e Consolidação das Leis da Mineração e Ambientais.

Eu estava comentando, informalmente, e muitos Deputados Federais e Senadores pensam que foram eleitos, sei lá, pela Dilma, porque eles chegam lá e, ao invés de defender os interesses do Estado, passam a defender o interesse de quem? Porque os Estados estão todos emperrados, os recursos ficam todos na União fica todo mundo mendigando, e os Municípios estão morrendo à míngua. Eles estão lá para representar quem? Quem eles estão representando. É essa a pergunta que tem que ser feita, chega de hipocrisia.

Essa questão do Cadastro Mineral, que o Estado de Minas Gerais e o Pará fizeram, através daquela lei, realmente, é a única alternativa, enquanto não regulamentar esse art. 23 da Constituição Federal, de o Estado ter algum conhecimento. Esses números que nós pegamos de produção de ouro, de diamante, temos que ficar procurando nas empresas, na *internet*, dados indiretos de arrecadação de IOF para poder ter os dados, porque nós não temos os dados, quem tem é o DNPM.

Outra coisa importante: transparência, interação e harmonia. Ninguém está aqui para brigar. Nós falamos, às vezes, exaltados, mas o objetivo não é esse. O objetivo é avançar, é produzir, é melhorar a vida de todo cidadão. Esse é o objetivo de todos nós, pessoas de boa fé.

É preciso que o Governo Federal, o DNPM atue de forma articulada com os Estados e Municípios. Não pode continuar esse *apartheid* que está aí. Isso aí não leva a nada; leva, muitas vezes, à desconfiança de que tem algo errado por trás.

O Estado precisa apoiar quem produz e não ficar na expectativa do por vir. Esse é o meu comentário com relação ao depósito de Aripuanã. Nós que estivemos em Aripuanã quando era um garimpo, que era o Garimpo do Expedito, que começou em 1989, e acompanhamos tudo isso... Já passaram todas essas empresas por lá e está com o EIA/RIMA desde o ano passado pendurado na SEMA. Ele vai entrar em produção, talvez, em 2020. Quer dizer, são trinta anos. Quer dizer, o Estado não vai ficar esperando outro empreendimento por trinta anos. O Estado tem que

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A POLÍTICA ESTADUAL**  
**SOBRE GEOLOGIA E RECURSOS MINERAIS NO ESTADO DE MATO GROSSO,**  
**REALIZADA NO DIA 03 DE JUNHO DE 2016, ÀS 14H.**

---

priorizar quem está produzindo, hoje, quem está gerando emprego hoje. Isso que é importante. E fica esse pessoal sonhando acordado.

É preciso estabelecer novos parâmetros de sustentabilidade para a mineração. Eu cito como exemplo essa Mina de São Francisco. É um empreendimento importante, uma mina, realmente, que não é... Tem depósito que não é para garimpeiro. É por isso que não existe conflito, porque tem depósito que é de garimpeiro e tem depósito que não é de garimpeiro. Não existe conflito. Existe é falta de gerenciamento.

Então, essa mina que abriu em 2010 está com plano de fechamento. Já começou. Ela tem uma vida útil de dez anos. No final ela produzirá quarenta toneladas de ouro. Isso equivale em torno de um 1 bilhão e 500 milhões dólares. Esse ouro basicamente é exportado pela Lei Kandir. Quer dizer é igual a soja nossa. É igual o minério de ferro que o Brasil vende. Fica muito pouco para o povo.

Quando você fala nessa questão de sustentabilidade tem que pensar que a sustentabilidade social é tão importante quanto a mental.

E esse pessoal de Vila Bela da Santíssima Trindade quando acabar essa mina lá como ficará? Quer dizer, todos falam do meio ambiente. Você pega um EIA/RIMA e só falta falar das bactérias, porque se você pensar... De bacrófita, do que você pensar está lá. Só falta entrar no mundo da nanotecnologia para ver qual bactéria que tem lá.

E o povo como fica? Ninguém...

Eu acho que está na hora de falar de modificar. Não é sustentabilidade. É sustentabilidade social. É o povo.

Pontos para reflexão: o que seria do agronegócio de Mato Grosso se para derrubar cerrado fosse necessário o EIA/RIMA? Se precisar de licença ambiental para deságua? Já pensou um “cara” que se fosse dissecar a soja no ponto de colheita, a chuva chegando, ele precisar de uma licença ambiental para jogar um dessecante na lavoura dele? Ele estaria morto, velho!

É assim a mineração no Estado de Mato Grosso. É um cavalo de puro sangue peado e amarrado pela SEMA principalmente e pelo DNPM que, muitas vezes, não entende nada de pequena mineração. O DNPM quer pensar grande, fazer grande e esquece dos pequenos, esquece de quem produz.

Até onde irá a oneração vergonhosa do subsolo do Estado para os especuladores e a manipulação para atender os interesses de quem nada produz se não papel?

Essa manipulação está passando por esse novo marco regulatório que o senhor falou e por isso que ele não vai para frente, porque é totalmente manipulado pelas elites e por quem não produz nada, por quem quer mais cartórios e mais vantagens.

A garimpagem, além de um fenômeno cultural, que nós já recordamos, é reflexo de políticas públicas equivocadas e estereotipadas pela atuação discriminatória e preconceituosa do gestor. O gestor que eu estou colocando é o DNPM mesmo e da mídia.

O DNPM não enxerga garimpo. Eu convivi com os colegas, respeito. Convivi em Santa Fé e eles acham... Eu não sei onde está a cabeça deles de que garimpeiro não é minerador, não é produtor, não é trabalhador. Não é assim, companheiro! Até o Joaquim tem uma visão distorcida de garimpeiro. Acho que garimpo... Não é assim! (PALMAS)

O dia que o Governo der educação para todos e não tiver...

Esse desemprego estrutural que está aqui é justamente esse povo que não teve oportunidade de ir à escola, que não teve educação, que não tem profissão. Eles são a grande parte desses garimpeiros.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A POLÍTICA ESTADUAL**  
**SOBRE GEOLOGIA E RECURSOS MINERAIS NO ESTADO DE MATO GROSSO,**  
**REALIZADA NO DIA 03 DE JUNHO DE 2016, ÀS 14H.**

---

São 10 mil garimpeiros que estimamos em Mato Grosso e em Tapajós 100 mil. Esse número Tapajós de 100 mil não fui eu que falei. Isso é o próprio diretor de geologia da Secretaria de Desenvolvimento que veio pedir pinico para ver como ajudava a resolver esse problema dele de 100 mil garimpeiros.

E finalmente esse garimpo do Caldeirão, em Pontes e Lacerda, que eu vejo o Governo tratar como caso de polícia. Será que é caso de Polícia? Ou é de política pública? Eu acho que merece uma reflexão neste Governo que Vossa Excelência falou que tem cinco itens tratando garimpeiro como bandido. Não é por aí!

Era isso que eu tinha a falar. Falei demais. Obrigado e desculpe! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - O bom do João é que ele cumpre o horário. A mesa deu a ele 10 minutos e ele falou só 20 minutos.

Mas foi muito bom, João. Quem o conhece sabe da sua paixão pelo setor. É uma pena que você tão jovem já esteja tão próximo da aposentadoria. Vai perder o Estado, sem dúvida, um dos seus melhores quadros de todos os tempos.

Agora não tenho como ser justo com os demais palestrantes. Vou ser rigoroso, 10 minutos.

Vamos ouvir o professor Dr. Paulo César Corrêa da Costa, que vai falar sobre a contribuição da geologia para Mato Grosso. (PALMAS)

Quando faltar dois minutos avisaremos.

O SR. PAULO CÉSAR CORRÊA DA COSTA - Boa tarde, Sr. Presidente desta Audiência Pública, Deputado Wilson Santos, em nome de quem eu cumprimento os demais membros da mesa; boa tarde a todos os presentes.

Deputado, não precisa se preocupar que eu vou utilizar o meu poder de síntese e, ainda, vou deixar um tempo para os outros.

Eu fui convidado esta manhã, comunicado pelo meu colega Marcos Vinícius, portanto, não é uma palestra. Eu quero fazer algumas colocações que possam contribuir para esta Audiência Pública. E não teria outra maneira de fazê-lo se não comentando sobre o curso de geologia da UFMT. Eu não vou me atrever a falar em história tendo um professor de história que possa vir a me corrigir.

O momento histórico e que, eu acredito, teve um marco para a política estadual sobre a geologia e mineração no Estado de Mato Grosso foi a própria criação do curso de geologia que nós completamos 40 anos de criação. Naquele momento, profissionais da área, professores, que não vou citar nomes para não ficar faltando, junto com o Dr. Gabriel Novis Neves, Reitor, na época, tiveram essa grande felicidade de criar o curso de geologia. E acredito ser o *start*. Foi o ponto inicial para a política estadual de geologia do nosso Estado, sendo, então, esse momento a oportunidade de trazer os profissionais geólogos de outros estados e começarmos a criar o nosso corpo discente aqui, no Estado.

Desse período até hoje temos em torno de 650 profissionais já formados pelo curso de geologia. Estou colocando alto 650. Temos um curso fortalecido de pós-graduação com 70 dissertações de mestrados defendidos e a demanda do curso de geologia tem atendido em torno de 260 alunos para graduação e pós-graduação em nível de mestrado. Portanto, eu vejo isso como uma política da UFMT, preocupada com a questão da geologia no Estado.

Podemos observar esses profissionais graduados, na UFMT, no curso de Geologia, atuando nas diversas áreas aqui no Estado ou mesmo fora do Estado e no exterior nas áreas de

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A POLÍTICA ESTADUAL**  
**SOBRE GEOLOGIA E RECURSOS MINERAIS NO ESTADO DE MATO GROSSO,**  
**REALIZADA NO DIA 03 DE JUNHO DE 2016, ÀS 14H.**

---

mapeamento geológico, prospecção geoquímica, na área de hidrogeologia, geotecnia, enfim, nas diversas áreas há contribuição dos geólogos formados pela UFMT.

Recentemente, numa questão atual histórica, foi a percepção da nossa Magnífica Reitora, Professora Maria Lúcia Nedder, convencida de que o curso de Geologia poderia se tornar uma unidade independente após várias chamativas, várias negociações e solicitações dos professores e discentes do curso de Geologia. E assim, a nossa Magnífica Reitora observando, se criou a Faculdade de Geociências, este ano, justamente no ano em que o curso de Geologia completou quarenta anos. Enfim, é uma oportunidade onde nos deu independência para estar traçando convênios, cooperações, de forma mais livre, independente, junto aos órgãos estaduais, municipais e federais, até com serviço geológico.

Nesse sentido, o nosso curso já mantém parcerias com serviços geológicos de algumas residências, por exemplo, de Rondônia, capacitando o nível mestrado, mapeando folhas aqui no Estado de Mato Grosso, ao todo, em torno de 7 ou 10 folhas, no decorrer desse período; parcerias com programas de cooperação acadêmica com outras universidades, Pará, Amazonas, Campinas. Temos projetos de pesquisas com a PETROBRAS e, também, parcerias com Universidades mais importantes, universidades vizinhas, Bolívia, Paraguai, Peru, fortalecendo o nosso curso, a nossa aptidão e formação de profissionais na área de geociências.

Criamos também, nesse ensejo, o curso de Engenharia de Minas, que já vinha sido solicitado há algum tempo e a nossa Reitora também entendeu essa necessidade, foi num momento importante, quando a mineração estava numa fase boa. Infelizmente, estamos passando por esse período crítico, mas acredito que vai ser superado.

Então, temos aqui no Estado, além do geólogo, que vai prospectar, que está atendendo o mercado de trabalho, o engenheiro de minas para atuar nas minerações, nas jazidas, acreditando ser mais um grande avanço nessa política de geologia e mineração e setor mineral.

Também, enumerei algumas coisas, alguns dados, que vou só citar aqui para que depois abra ao debate, mas não vou entrar muito em detalhe, porque percebo que temos os colegas mais capacitados para falar desses dados, o nosso Presidente Elias já citou alguns dados; o Antônio João também alguns dados de produção, então não estarei repetindo.

Mas eu gostaria de salientar, até anotei isso aqui, a questão do agronegócio versus mineração. Isso aí seria realmente importante discutir, uma vez que é de conhecimento de todos que o agronegócio necessita e depende da mineração. E aí a questão como já levantada pelos colegas aqui anteriormente: Por que a mineração fica capengando e por que está para trás? Primeiramente, por falta de incentivo financeiro e de política financeira. Precisa de dinheiro, precisa de investimento. Os retornos são altos, a classe empresarial sabe disso, mas precisa investir pesado.

Profissionais, estamos colocando no mercado. Queremos colocar mais, mas precisamos abrir mais frentes de trabalho para que possamos produzir mais para o Estado.

Eu fico feliz de ver que já existem pessoas que não são geólogos abraçando essa causa, um economista, um historiador e outras profissões acreditando que a mineração é importante e isso já traz alguma luz, já é um início para começar a sensibilizar a classe política.

Para finalizar, quero dizer que a Faculdade está aberta à colaboração, aos projetos de pesquisas, às parcerias, como iniciamos aí com a METAMAT e estamos dispostos a colaborar. Agora, precisa de financiamento.

Eu não gostaria de seguir adiante toda vez que for tentar um financiamento e está o professor da faculdade, e nós somos vistos como professor, pesquisador, o camarada fez voto de

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A POLÍTICA ESTADUAL**  
**SOBRE GEOLOGIA E RECURSOS MINERAIS NO ESTADO DE MATO GROSSO,**  
**REALIZADA NO DIA 03 DE JUNHO DE 2016, ÀS 14H.**

---

pobreza, então ele vai ter que passar esse conhecimento todo, atender a sociedade, pagar a diária de campo, o combustível e dar o retorno para o terceiro.

Nós queremos trabalhar, queremos contribuir, mas queremos, também, o incentivo financeiro, a política financeira de projetos, projetos justos, pesados, com valores significativos.

Era o que eu tinha. Muito obrigado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - André Molina, Vice- Presidente da Federação Brasileira de Geologia, vai nos falar sobre o panorama do setor mineral em Mato Grosso.

André, o senhor tem até dez minutos. O Dr. Paulo cravou dez minutos certinhos.

O SR. ANDRÉ LUIZ MOLINA - Já colocaram dois minutos aqui para mim.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Põe mais oito aí, Andre (RISOS).

O SR. ANDRÉ LUIZ MOLINA - Deputado Wilson Santos, mais uma vez, é um prazer participar de mais um movimento do segmento de geologia do Estado.

Como Vossa Excelência bem sabe, estamos há vinte e poucos anos fazendo esses discursos, no meu caso eu, quando vim para cá fazer geologia na Universidade Federal.

Meu amigo Elias Santos, família Santos na mesa, seja bem-vindo a unir as forças na METAMAT para podermos também atingir o objetivo que tanto procuramos.

Ouvindo algumas indagações que foram feitas e agradecendo ao Antônio João pela clareza daquilo que bem colocou aqui, eu gostaria de responder ao senhor, ou tentar responder, por que o setor mineral não avança em Mato Grosso.

Nós precisamos de pesquisa.

O Dr. Arcoverde apresentou aqui de manhã uma palestra do DNPM de Brasília, muito bem colocada, a respeito de barragens, dados sobre produção e sobre o trabalho do DNPM.

Muito bem claro pela sua palestra, nos pareceu que aumentou a quantidade de Portarias de Lavra no Brasil e diminuiu a quantidade de pesquisa mineral que estava sendo feita.

Então, por que acontecem essas questões de o nosso setor mineral não ir para frente em Mato Grosso?

Em primeiro lugar, vários dos depósitos que foram citados aqui nós já sabemos que eles existem. Então, nós não temos mais a discussão: ah, existe um potencial no Mato Grosso? Não. Existem jazidas em Mato Grosso, existem relatórios aprovados, existem pedidos de portaria de lavra, existe de fato a riqueza mineral aprovada, legalmente aprovada.

Nós precisamos viabilizar isso. Por que é que alguns desses projetos não são viabilizados?

Ferro. Nós estamos discutindo a viabilidade do projeto do ferro em Juína quando o ferro estava a U\$125,00 a tonelada. Ótimo! Nós não sabíamos como é que íamos levar esse ferro para a China, ou para outro lugar ou até aproveitar ali, mas ele tinha viabilidade.

Hoje, a U\$50,00, a U\$47,00, não tem viabilidade o ferro de Juína para mandarmos para fora. Nós podemos, de repente, pensar em fazer aço em Juína, que é um negócio legal. O investimento é bem pesado, mas é uma ideia legal.

Outros projetos, por exemplo, que dependem exclusivamente de logística e infraestrutura.

Nós não podemos pensar em Mato Grosso concentrado, por exemplo, a não ser que seja um agregado muito grande, tipo zinco, que a Votorantim quer fazer lá em Aripuanã, que está agregando valor e ela consegue transportar de caminhão.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A POLÍTICA ESTADUAL**  
**SOBRE GEOLOGIA E RECURSOS MINERAIS NO ESTADO DE MATO GROSSO,**  
**REALIZADA NO DIA 03 DE JUNHO DE 2016, ÀS 14H.**

---

O frete, hoje, para você tirar uma tonelada da região de Juína e Juara, está na faixa de R\$370,00, R\$340,00 por tonelada, o frete de caminhão, para levar 2.400 quilômetros à região de Minas Gerais, onde vai ser feita a transformação desse concentrado.

Quer dizer, se não tiver um grande valor agregado, Deputado, não tem viabilidade. Não adianta.

Quando foi lançada a pedra fundamental da nossa ferrovia, da Fico, e vários políticos disseram que trariam a ferrovia até Lucas do Rio Verde para transportar a soja, nós festejamos, porque de repente nós conseguiríamos colocar alguns projetos desses para ser transportado pela ferrovia. Mas não aconteceu!

Esses dias eu passei no pedágio depois de Cuiabá, na BR-364-163, numa estrada ruim, horrível, pista simples, e eles estão cobrando pedágio.

Então, nós não temos logística e infraestrutura para tratar de projeto de grande porte, de médio porte que poderia vislumbrar a mudança da política do Estado de Mato Grosso.

Isso é realidade. Isso é fato.

Outra coisa que nós temos que aprender também, Deputado, é não dar tiro no próprio pé. Nós temos a mania, todas as vezes que parece que as coisas vão funcionar, de alguém mirar no dedão e dar um tiro de cartucheira no dedão.

Então, quando nós falamos assim: ah! Vamos mudar agora a nova visão da política mineral do Brasil. Alguém chama o Marco, o Marco Regulatório. Quando chamou o Marco Regulatório na cabeça lá do Dr. Cláudio Scliar, que eu acho que ele sonhou que o Marco Regulatório ia ser daquele jeito, e fez essa proposta, ele conseguiu estagnar o setor mineral do Brasil no mínimo em quatro anos.

Quando o DNPM entrou na conversa do Marco Regulatório e parou de emitir alvará, e parou de tocar aquele que necessário para o setor respirar para frente, ali estagnou o setor.

Nós ficamos no mínimo quatro anos estagnados.

Agora, recentemente, começaram a passar essas coisas para frente, o DNPM começou a trabalhar, mas o Marco Regulatório continua lá dentro do bolso do Cláudio Scliar.

E não vai ser aprovado nunca desse jeito. Nós não queremos o Marco Regulatório dessa forma. Isso, para mim, é tiro no pé.

Os projetos que nós estávamos discutindo aqui na época, e nós estávamos fazendo pesquisa aqui em Mato Grosso, parou tudo. Quem vai investir numa política maluca dessa de fazer Marco Regulatório sem discutir, de empurrar um monte de coisa a goela abaixo do povo, e achar que nós, como somos do meio do mato, que nós não entendemos nada, íamos ficar todos quietinhos esperando vir a coisa que ia nos salvar.

Outra coisa, do tiro no pé ainda, nós acabamos de ver uma apresentação aqui dizendo que a produção da atividade garimpeira, da atividade das cooperativas em ouro, superou a atividade das empresas.

É muito interessante isso, porque, como nós militamos há algum tempo na atividade de formas associativas de mineração ligada principalmente à produção de ouro, o tiro no pé vem muito rápido.

Quer dizer, quando aprovaram o Estatuto do Garimpeiro, o DNPM resolveu, então, que a partir daquele momento não podia mais fazer anuência de alvará para a PLG. Aí você tem que fazer a cessão parcial de direito, depois da cessão parcial, pedir mudança de regime.

Ele burocratizou completamente o processo, tornou uma coisa que está produzindo... Como o Antônio João falou, nós estamos trabalhando, os caras estão produzindo,

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A POLÍTICA ESTADUAL**  
**SOBRE GEOLOGIA E RECURSOS MINERAIS NO ESTADO DE MATO GROSSO,**  
**REALIZADA NO DIA 03 DE JUNHO DE 2016, ÀS 14H.**

---

gerando emprego e agora nós demoramos 05, 06, 07 meses para conseguir um título para poder lavrar.

Dr. Arcoverde, eu acho que isso deveria ser levado lá para Brasília para ser discutido porque a Legislação 7.805, nós já discutimos hoje, dá essa autoridade, esse tipo de coisa que o DNPM poderia fazer, que é critério do DNPM, considerar a anuência. Eu não sei por que, de repente, acordaram e não estão fazendo mais isso.

Terceiro tiro no pé. Como já falamos agora, nós aprovamos em 95 uma lei no Estado, a Lei Complementar nº 38, que é o Código Ambiental do Estado de Mato Grosso, muito bem feito por sinal, porém, nós temos que entender que a atividade da mineração é diferente, Deputado, ela não é uma atividade igual as outras, nós não podemos plantar soja e entender a soja ou aquele campo, igual a mineração.

Na mineração nós fazemos um buraco e derrubamos um morro. Não tem outro jeito de fazer mineração.

Existe um princípio que nós geólogos sempre utilizamos que se chama Rigidez Locacional, que todo mundo está cansado de escutar isso. O bem mineral está só naquele lugar. Ele está no meio de um morro e nós precisamos fazer um buraco para tirá-lo.

Nós aprovamos em 95 uma lei que restringia a atividade industrial próxima a cursos d'água na zona rural de mil metros.

Depois, em 2005, nós mudamos isso. Só que em 95 tinha um negócio escrito, tinha um parágrafo único, que falava assim: “se não tiver jeito, vamos abrir exceção.”.

Em 2005 revisaram a LC nº 38, tiraram esse parágrafo e diminuíram a distância para duzentos metros.

O que acontece? Hoje nós estamos discutindo aqui: “que legal, a Votorantim está chegando a Aripuanã, lá na região Norte do Estado, que não tem infraestrutura nenhuma, com investimento de 700 milhões de reais, montando um projeto de porte, um troço que vai ajudar muito a economia de Mato Grosso, porém, é inviável se for seguida a Lei nº 38 na distância de duzentos metros dos cursos d'água.” Por quê? A região da Serra do Expedito, como disse o Antônio João, como o nome já diz, é serra e tem uma movimentação muito grande próximo da mina.

Então, cheio de linha de talvegue, de drenagem, de curso d'água e você não viabiliza a montagem de um empreendimento desse porte lá por causa dessa lei, e não tem o parágrafo para falar que mineração é uma atividade especial. Era mais um tiro no pé que eu queria dizer.

Finalizando esta conversa, eu concordo com o Antônio João quando ele disse que nós precisamos pensar melhor. Não é Antônio João? Eu acho que, como você falou, estou ficando velho, careca e com cabelo branco. Não estamos conseguindo juntar esses interesses. Tem a SEMA fazendo as coisas de uma forma, o DNPM fazendo as coisas de outra forma e o Estado tentando fazer alguma coisa.

Três anos participando da Câmara Temática da Mineração desta Assembleia Legislativa, Deputado - o Presidente era o Sr. José Lacerda -, fizemos, talvez, umas 50 reuniões desta Câmara Temática, com várias participações, praticamente, de todos os órgãos, e no final disso, vieram duas páginas de papel em que não estava escrito de nada daquilo que discutimos.

Então são coisas em que temos que pensar um pouco com mais carinho. Eu sempre falo que não é só o legislador, não é só o trabalhador, o que falta, na maioria das vezes, é um pouco mais de amor para fazer as coisas, fazer a lei, pensar que aquilo ficará para outras pessoas. É só isso o que está faltando. Obrigado! (PALMAS)

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A POLÍTICA ESTADUAL**  
**SOBRE GEOLOGIA E RECURSOS MINERAIS NO ESTADO DE MATO GROSSO,**  
**REALIZADA NO DIA 03 DE JUNHO DE 2016, ÀS 14H.**

---

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Muito obrigado, André!

O próximo inscrito é o professor e mestre Caiubi Kuhn; depois, o Fúlvio e, por fim, o Joaquim Moreno.

O SR. CAIUBI KUHN - Boa tarde a todos os presentes!

Cumprimento a mesa, na pessoa do Deputado Wilson Santos, que foi um dos requerentes desta Audiência Pública; cumprimento todos os presentes, na pessoa do Sr. Chico, que está lá na universidade, há muito tempo, no setor da geologia e no setor mineral no Estado.

Gostaria de destacar um ponto, que nas falas anteriores, pelo menos, não senti muito, mas acho que é importante sempre colocarmos que, quando falamos de política de geologia, estamos falando muito além da mineração. Não estamos falando só da mineração. A mineração é um lado, o braço econômico direto da geologia, mas quando falamos de geologia, estamos falando de aquíferos, de acesso à água. Inclusive, a CFURH-Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos do Estado são maiores do que a CFEM-Compensação Financeira pela Exploração dos Recursos Minerais. Isso precisamos destacar.

Na hora que estamos falando de geologia, Deputado Wilson Santos, estamos falando de qualidade de vida para a população, estamos falando de política de uso e ocupação de solo, estamos falando de planos diretores, estamos falando de você utilizar o meio físico da forma adequada, porque, diga-se de passagem, novamente, o Estado de Mato Grosso deixa muito a desejar.

Tivemos outra oportunidade aqui, alguns dias atrás. O Deputado Wilson Santos chamou-nos para o debate sobre o geoparque de Chapada dos Guimarães, que é uma iniciativa fantástica. Parabênz Vossa Excelência por estar à frente desse debate junto com toda a sua equipe, que tem feito um trabalho fantástico.

O geoparque é um exemplo. Nós temos, hoje, no mundo, a política de geoturismo. A UNESCO tem um setor específico que discute sobre geoparques, que é o quê? É a preservação do patrimônio geológico com a compreensão de que cada formação geológica acontece uma vez só na vida e que isso é fundamental para a humanidade. Nós estamos vivendo um conceito muito além do que simplesmente falar da exploração dos bens minerais, ou seja, além da geologia como exploração mineral, tem outra vertente econômica que é a geologia como geoturismo. Tem também!

Precisamos ressaltar que no Estado - no início deste ano teve até uma missão da Assembleia Legislativa, que o Presidente da METAMAT Elias Santos também acompanhou - tem a situação de Vila Bela da Santíssima Trindade, que é a questão dos desastres naturais. Quem é o profissional técnico que tem capacidade para acompanhar isso? É o geólogo. Daí chegamos a uma situação que, a meu ver, é quase uma calamidade pública de nós termos a SECID sem nenhum geólogo no quadro; a SINFRA sem nenhum geólogo no quadro; e a Defesa Civil, que cuida de calamidade pública, é o geólogo que estuda calamidade pública, sem nenhum geólogo no quadro. Então pergunto: quem está fazendo? Quem toma a decisão técnica? Quem pensa tecnicamente aquele assunto que está ali? Quem vai dizer qual o caminho?

Ou estamos voltando para a época de 1.800, quando no Brasil não tinha faculdade, ignorando a área técnica toda; ou o Estado de Mato Grosso está cometendo um erro gravíssimo de não possuir uma política de geologia e recursos minerais.

Volto para o tema central desta Audiência Pública, que é fundamental, eu acho fundamental, porque pode ser um marco para o desenvolvimento do Estado de Mato Grosso. Eu digo desenvolvimento do Estado de Mato Grosso, porque a política de uso e ocupação do solo, a política de bens minerais é uma política fundamental para o desenvolvimento do Estado. A Audiência Pública é sobre a política estadual de geologia e recursos minerais, pensando que a

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A POLÍTICA ESTADUAL**  
**SOBRE GEOLOGIA E RECURSOS MINERAIS NO ESTADO DE MATO GROSSO,**  
**REALIZADA NO DIA 03 DE JUNHO DE 2016, ÀS 14H.**

---

geologia é tudo isto: uso e ocupação do solo; saber onde você vai colocar um aterro sanitário; saber de onde você vai tirar água e quanto você pode tirar de água de uma região; e saber onde vai colocar um assentamento.

No Estado temos casos - o Deputado deve ter conhecimento - de assentamentos que, às vezes, são colocados onde você pode cavar um poço de 300 metros que não vai tirar 1.000 litros de água. O que estamos fazendo? Estamos comprometendo a vida de famílias que estão sendo ali colocadas. O Estado está fazendo aquilo de uma forma irresponsável, porque não colocou da melhor forma, ou seja, não está utilizando aquela região da forma adequada, ou, pelo menos, não é planejado desse jeito.

É como o que vimos nas obras da Copa, em que aconteceu uma série de problemas. Por exemplo, na hora que estava escavando as trincheiras, estourava um cano de água e falavam: “mas não tínhamos como saber que existia aquele cano.” Todos nós que estudamos geologia sabemos que se faz uma geofísica simples ali, rapidinho, não é uma coisa que demora muito, vai sair dali e vai saber certinho tudo que tem ali embaixo. Vai ter a informação.

Vamos para o ponto que é colocado aqui da política. A política aborda que devemos ter um órgão de planejamento, que vai pensar as políticas públicas como um todo. Esse órgão, é lógico, tem um braço estatal, como uma Secretaria ou algum órgão gestor; e tem um Conselho, que vai estar ligado, ou algum espaço em que se vai discutir essas políticas públicas que precisa ser formado por quem entende disso.

Sobre a lei de 1994, tivemos uma conversa ontem na METAMAT e falamos que nem vamos abordá-la, porque tem tudo quanto é entidade nessa lei de 1994, mas não tem quem de fato discuta geologia dentro dela, e nós precisamos discutir geologia com quem entende de geologia! A Universidade está aqui e hoje está sendo criado o curso de engenharia de minas, que também vai ser muito importante, do qual, neste exato momento, estou tendo a honra de estar coordenador, substituindo o Nilton, que está de férias, lá na Universidade.

Essa política precisa ter um braço de execução. Esse braço de execução tem dois pontos principais, que cabe destacar. Um deles é quem vai fazer a pesquisa, quem vai desenvolver a informação geológica. Pode ser a METAMAT, remoldada como uma agência ou como uma empresa de capital. Isso é uma decisão do Estado, não nos cabe discutir isso a fundo, mas precisa ter esse braço. Não adianta nada nós produzirmos o conhecimento geológico e não ter quem aplicar.

Peço encarecidamente, neste momento, que a Assembleia Legislativa interceda nesse processo para sairmos desse estado de cegueira técnica em que o Estado está. Por exemplo, se você der um mapa geológico para qualquer pessoa dentro da Secretaria de Cidades, dentro da Secretaria de Infraestrutura e Logística ou da Defesa Civil, não vai ter uma pessoa para interpretar o mapa geológico. Não estamos nem falando de desenvolver o conhecimento, estamos falando de interpretar. Bom, esse é um ponto. Então o Estado precisa de quem interprete e precisa produzir os dados, dar o suporte para os Municípios, dar o apoio.

Essa produção dos dados é fundamental, porque é onde entra a mineração também. Na hora em que falamos de fazer mapeamento geológico, estamos incentivando a mineração, estamos ajudando o Município, porque o Município, numa carta de um para um milhão, não vai conseguir fazer planejamento de política pública, mas se ele tiver numa carta geológica, de mapeamento geológico, de 1 para 100 mil, ele consegue trabalhar. Se for 1 para 50 mil, aí nem se fala. Agora, nós estamos, hoje, no Estado com muitos municípios que o mapa com maior detalhe é de 1 para 1 milhão. Ele não tem condição nenhuma de desenvolver política pública. São municípios que, às vezes, não têm dinheiro sequer para pagar a folha direito de funcionário e não têm geólogo,

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A POLÍTICA ESTADUAL SOBRE GEOLOGIA E RECURSOS MINERAIS NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 03 DE JUNHO DE 2016, ÀS 14H.

---

também. E o que acaba acontecendo? Nós temos a população desse município bebendo água contaminada, nós temos problemas de desastres naturais nesses municípios que têm custo e o custo não é só financeiro. É o custo de vidas mesmo. Há pessoas que morrem mesmo por causa disso, por causa de problemas que nós temos de falta de gestão de políticas de uso e ocupação do solo, políticas de recursos hídricos e tudo isso que o Estado, hoje, não desenvolve.

Então, cabe ao Estado, hoje, e acho que à Assembleia Legislativa, pensar com as entidades - porque aqui, hoje, nós temos representantes das empresas, das cooperativas, da universidade, do Governo - uma política estadual de geologia e recursos minerais que atenda aos interesses dos municípios, que possibilite uso e ocupação consciente do solo pelo Estado, que desenvolva e crie mecanismos para que essa política, de fato, seja instrumentalizada, que crie espaços de diálogo e debate por meio de um conselho gestor que envolva essas entidades todas e que nós por disso consigamos fazer com que o Estado de Mato Grosso, pela primeira vez, talvez, em toda a sua história, comece a tratar a geologia e o planejamento do nosso Estado de uma forma correta.

Quando andando perto da UFMT vemos aquela plaquinha: “Cuidado, risco de enchente.”. Aquilo, por exemplo...

Nós tivemos um evento ano passado e meu amigo Carlos, que está ali e que, na época, estava como Superintendente na SECID, participou com um evento de Cartografia Geotécnica na UFMT e nesse evento um dos palestrantes apresentou um mapa de 1.800, Deputado Wilson Santos, de Londres, que mostrava um mapa da área de inundação do município de Londres. Lá de 1.800. Depois, ele mostrou outro mapa do Kansas, do serviço geológico do Kansas, por um município dos Estados Unidos. E relacionou e falou: “Olha, aqui nós não temos isso. Aqui, em Mato Grosso, ou em outros lugares no Brasil nós esperamos o rio encher e na hora que o rio está enchendo começamos a orar, porque não sabe se vai encher mais ou não.”.

Mas aquela área ali, que é o canal curto ou longo que tem do rio, nós conhecemos. O geólogo conhece. Ele sabe trabalhar, ele vê onde tem deposição, onde é área de inundação, onde não inunda, se tem como se trabalhar, sabe qual é carga sedimentar do rio. A CPRM tem trabalhos fantásticos em relação a isso.

Enfim, o meu tempo aqui já está acabando, mas gostaria de ressaltar que na hora que falamos de geologia estamos falando para muito além do que é a mineração. Aqui normalmente quando vimos discutir acabamos discutindo a mineração. Só que eu tenho uma preocupação muito grande mesmo quando vemos um aterro sanitário sendo colocado num local errado, quando tivermos contaminação do aquífero e virmos a população de uma cidade inteira tomando água contaminada, quando vemos um asfalto sendo feito sem análise geológica correta e, depois, perde a qualidade, quando vemos uma obra pública tendo problemas e sendo interditada por seis meses por causa de problema geotécnico. Tudo isso nós, da sociedade, sabemos que são as associações que fazem parte, hoje, que representam a geologia no Estado, que são a AGEMAT, a GEOCLUBE e o SINGEMAT. Nós sabemos que a SECID não tem geólogo, que a SINFRÁ não tem geólogo, que a SEAF não tem geólogo, que a Defesa Civil não tem geólogo e temos muitos geólogos querendo trabalhar, querendo desenvolver trabalho, querendo ir para campo, querendo construir política para o Estado, mas o Estado não tem uma política clara. Isso me preocupa!

Eu acredito que precisamos dar, enfim, um encaminhamento para isso, porque, senão, o custo que nós vamos ter ambiental, o custo social, o custo econômico para o Estado de Mato Grosso poderá ser muito grande e quase irreparável em algumas décadas, porque uma vez perdido, uma vez que tem o dano geológico gerado para recuperar é muito caro e muito complicado.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A POLÍTICA ESTADUAL**  
**SOBRE GEOLOGIA E RECURSOS MINERAIS NO ESTADO DE MATO GROSSO,**  
**REALIZADA NO DIA 03 DE JUNHO DE 2016, ÀS 14H.**

---

Então, precisamos fazer geologia de uma forma seria. Nós precisamos ter uma política clara, precisamos ter uma construção que seja efetiva, com um diálogo constante e que seja um diálogo que realmente funcione. Nós vemos, por exemplo, a questão da METAMAT o que aconteceu. Já passou da hora de o Governo ter uma definição sobre isso. Fica por um ano e meio sem ter uma definição, não sabe como vai caminhar, se continua a empresa sem ter recursos para trabalhar. Ela precisa ter recurso, ter a política sendo executada, a construção sendo feita, abrir concurso para geólogos, construir políticas com os municípios, porque se o Estado, hoje, não tem geólogos nos quadros os municípios menos, ainda, a não ser os municípios que têm dinheiro.

Pessoal, é isso!

Muito obrigado!

Peço encarecidamente que façamos essa discussão, que possamos construir essa política estadual, que possamos construir essas formas de mecanismo de diálogo e que consigamos avançar, de fato, na política de geologia e recursos minerais, abordando desde a parte de geotécnica, geoparque, chegando à mineração em todos os aspectos. Obrigado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Agradeço o professor Caiubi.

Convido o Prefeito de Peixoto de Azevedo, Sr. Sinval dos Santos Brito, para fazer uso da palavra.

Ele tem um compromisso, agora, às 16h30min. Permaneceu conosco até agora, mas tem que deixar o ambiente e me pediu para usar da palavra.

Com a palavra o Prefeito de Peixoto de Azevedo, Sr. Sinvaldo Santos Brito.

O SR. SINVALDO SANTOS BRITO - Boa tarde a todos!

Quero saudar o Presidente desta Audiência Pública, Deputado Wilson Santos e falar da importância da mineração, especialmente em Peixoto de Azevedo, um Município que surgiu por meio do garimpo.

Lá teria um assentamento da COPERCAN e no ano de 1979 apareceram alguns garimpeiros que vieram de Serra Pelada, do Pará, ali descobriram o ouro e se criaram uma cidade, uma cidade que chegou a ter mais de setenta mil habitantes, com uma produção de ouro avassaladora, mas infelizmente aquelas pessoas que ali estavam não tinham estrutura para conviver com tantos valores auferidos em pouco tempo.

No Governo Collor o garimpo se tornou uma atividade impraticável com o confisco e os administradores da época enfrentaram grandes latifúndios e fizeram lá o maior assentamento da América Latina.

Eu sou Prefeito lá no sétimo ano e logo no início entendemos que a mineração é importante para o nosso município e solicitamos ao Governo do Estado a instalação de um Escritório Regional da METAMAT que foi realmente o grande divisor de águas. Foram para lá geólogos, engenheiros de minas, administrativo, vários termos de cooperação técnica e convênios que fizeram com que o Município pudesse se reerguer novamente.

Quando se fala de mídia lembramos que uma época a *Globo* falou que Peixoto de Azevedo era uma cidade de putas e garimpeiros, muitas vezes de forma errônea, como o Antônio João colocou. Eu lembro que quando eu cheguei lá estava o Valdemar, o Mário por meio do DNPM, o Antônio João por meio da METAMAT, que proporcionaram um avanço muito grande. Com essa cisão do garimpo praticamente essas pessoas desapareceram de Peixoto de Azevedo. Nessa ida da METAMAT, porque acho que é o primeiro município que tem um Escritório regional da METAMAT, foi de suma importância a criação da cooperativa que, hoje, tem mais de 4.500 associados, todos de forma organizada.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A POLÍTICA ESTADUAL**  
**SOBRE GEOLOGIA E RECURSOS MINERAIS NO ESTADO DE MATO GROSSO,**  
**REALIZADA NO DIA 03 DE JUNHO DE 2016, ÀS 14H.**

---

Havia uma dificuldade muito grande, na época, porque na realidade a SEMA pensava de uma forma, a METAMAT de outra, o DNPM de outra, a Secretaria de Indústria e Comércio pensava de outra forma. Nós conseguimos fazer um TAC que desse segurança jurídica e ambiental para os garimpeiros que lá estavam e que andavam fugindo a todo instante. Quando passava um comboio da Polícia Federal ou um helicóptero do IBAMA as pessoas se escondiam com os seus maquinários. Na realidade, com esse TAC-Termo de Ajuste de Conduta houve um alinhamento de propósito e o Município avançou. É obvio que é um município que, ainda, tem sequelas gravíssimas da forma de garimpo desordenado, mas está avançando muito.

E, também, na questão da piscicultura, aquelas cavas, aqueles catreados que ficaram como passivo ambiental, hoje, já há fazendas de piscicultura, especialmente de pirarucu.

Queremos aqui saudar o Antônio João pelo empenho de ter feito alguns termos de cooperação técnica com a METAMAT, o que permitiu que ali fossem feitos alguns tanques para a produção de peixes de uma forma orientativa, foi contratado, na época, um engenheiro de pesca, que muito contribui. E é importante que o Estado continue contratando para que ele possa dar essa atenção.

Nós vimos que Peixoto de Azevedo evolui e avançou muito em sua forma de garimpar. E essa Cooperativa é referencia não só em Mato Grosso, mas, também, no Brasil como uma forma organizada de produção, porque produzir hoje vai ter que ser de forma organizada e ambientalmente correta, mesmo sabendo, como foi falado aqui, dos impactos que causam os garimpos.

Mas lá temos Termo de Cooperação Técnica com a Cooperativa que produz mudas que são realmente recuperadas essas áreas degradadas.

O garimpeiro em Peixoto de Azevedo sofreu muito, porque boa parte do seu subsolo foi o quê? Foi afetado por multinacionais que lá foram para fazer especulações e pouco contribuíram para o município. Tem muitas áreas que são produtivas, onde o pequeno garimpeiro deveria estar trabalhando, e essa empresa, como foi dito aqui, senta em cima do seu requerimento e cerceia o direito de outras pessoas virem trabalhar, aliado ao fato das dificuldades que são as liberações da licenças ambientais pela SEMA.

Então, quando essas licenças não são concedidas, obviamente, essas pessoas terminam trabalhando de forma clandestina, trazendo prejuízo para todos.

Parabenizo o Deputado Wilson Santos por essa iniciativa, porque em algumas conversas anteriores, quando cheguei em Mato Grosso, há trinta e poucos anos, quando encontrei o pessoal da DNPM, da METAMAT, da Polícia Federal, em Peixoto de Azevedo... O potencial mineral de Mato Grosso é superior de dez a vinte vezes o potencial do agronegócio. Então, tem que haver o quê? Política de Governo que avance e que possa explorar, de uma forma racional, esse potencial adormecido que tem neste Estado de Mato Grosso.

Gostaria aqui de parabenizar o Antônio João pelo seu empreendedorismo, pela sua capacidade de entender a necessidade e a carência do pequeno.

Nós fizemos, Antônio João, vários enfrentamos com essas empresas que chegaram lá e afetaram o subsolo e eu não queria dar as anuências para que os garimpeiros pudessem trabalhar.

Então, tudo isso é importante.

Parabenizo o Antônio João, o Deputado Wilson Santos por essa iniciativa, o Presidente da METAMAT, Elias, pelo seu nível de comprometimento, pela sua sensibilidade.

Esperamos que o Governo possa avançar muito. Ao invés de extinguir essa entidade, dotá-la e ampliá-la de suporte para que ela possa realmente ir lá para o campo.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A POLÍTICA ESTADUAL**  
**SOBRE GEOLOGIA E RECURSOS MINERAIS NO ESTADO DE MATO GROSSO,**  
**REALIZADA NO DIA 03 DE JUNHO DE 2016, ÀS 14H.**

---

Tivemos um 3º Simpósio da CPRM e até agora o município não tem, ainda, o acesso a essa geofísica que foi feita. Tivemos lá mais de 70 geólogos, 10 universidades, 8 ou 10 mineradoras. Então, é importante que o município possa ser acolhido, que haja esse retorno para o município para que ele possa se estruturar, para que a própria cooperativa, como representante, possa ter essas informações para subsidiar os pequenos garimpeiros.

Quero lembrar que Peixoto de Azevedo por três anos consecutivos foi o maior produtor de ouro no Estado, mas são os pequenos mineradores que estão ali garimpando no dia a dia e estão descobrindo os filões.

Esperamos que o Estado também possa dar condições de pesquisa desses filões, que são os ouros primários, para que esses pequenos mineradores possam trabalhar.

O Município de Peixoto de Azevedo agradece aqui à METAMAT, ao DNPM por alguns equívocos, porque algumas decisões são tomadas em Brasília ao invés de serem tomadas aqui diretamente na região. Mas que tudo isso, ainda, possa ser feito.

Tivemos várias discussões lá em Brasília, várias audiências com o Ministro, anterior, Edson Lobão, discutindo essa questão do marco regulatório, que o pequeno minerador tem que ser valorizado.

Quer dizer que o Município de Peixoto de Azevedo está à disposição, tem aí um grande mestre Antônio João, que está sempre lá conosco, e que vocês também possam contribuir. Eu acho que a Universidade tem que ir para o campo, tem que dar a sua contribuição para o município que precisa avançar muito e, com certeza, a mineração é o motivo do nascimento e, ainda, é um dos pilares da sobrevivência do Município de Peixoto de Azevedo.

Muito obrigado a todos! (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Importante o depoimento do Prefeito de Peixoto de Azevedo, que é um município, como ele próprio disse, que chegou a ter quase 100 mil habitantes nos anos 80 e fez a riqueza de alguns. O próprio Eike Batista, o famoso Eike Batista, trabalhou na região de Alta Floresta, no Garimpo do Ditão, durante alguns anos, sofreu uma tentativa de assassinato, tomou um tiro pelas costas, e tantas histórias e tantas lendas.

Prefeito, a sua presença aqui foi muito importante, o seu depoimento muito enriquecedor, no meu ponto de vista, quando o senhor disse que as multinacionais e os garimpeiros, quem, de fato, trouxe mais benefícios foram os garimpeiros, especialmente o pessoal do Maranhão. Maranhense anda.

O Caiubi pede aqui para avisar que vai ter um sorteio de ingressos para a festa dos geólogos, que ocorrerá hoje, à noite. Ele pede para os estudantes não irem embora, só sair com o ingresso na mão. Também haverá entrega de brindes disponibilizados pela Mútua. Então, está aí, para não sair que vai ter bailão, moçada. Eu sei que vocês da geologia e da agronomia não gostam dessas coisas. Eu me lembro do meu tempo lá.

Eu quero ouvir aqui o Walter Lins Arcoverde, Diretor de Fiscalização do Ministério de Minas e Energia do DNPM, o famoso DNPM que foi tão falado aqui, Walter.

Concedo 10 minutos para fazer a sua fala.

O SR. WALTER LINS ARCOVERDE - Obrigado, Deputado Wilson Santos!  
Saudações!

Cumprimento todos os componentes da mesa em seu nome, Deputado Wilson Santos.

Eu vim aqui para este evento a convite das organizações da geologia aqui do Estado e proferi, hoje pela manhã, uma palestra sobre a situação do controle de segurança das

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A POLÍTICA ESTADUAL**  
**SOBRE GEOLOGIA E RECURSOS MINERAIS NO ESTADO DE MATO GROSSO,**  
**REALIZADA NO DIA 03 DE JUNHO DE 2016, ÀS 14H.**

---

barragens de mineração no País. Apresentei vários dados, foi uma pena que algumas pessoas não estavam presentes e agora à tarde estão, manifestaram questões que eu já tinha comentado na apresentação que vai ser difícil agora voltar a apresentá-las, porque tenho pouco tempo.

Mas não estou aqui apto a uma contribuição a esta Audiência Pública, Deputado, ou seja, política mineral do Mato Grosso. Então, teria que falar aqui em termos gerais.

Em termos gerais, os vetores de uma política mineral, eu resumo da seguinte maneira: temos que ter, primeiramente, conhecimento geológico, sistemático; temos que ter ambiente favorável aos investidores privados em pesquisa mineral.

A pesquisa mineral é a garantia da sustentabilidade das futuras gerações, a pesquisa mineral que vai garantir que as reservas não sejam esgotadas e que haja continuidade desses recursos para as futuras gerações. Então, pesquisa mineral tem que ser priorizada. Tem que haver um entendimento no âmago da sociedade de respeito à pesquisa mineral. Sem esse entendimento, não vai haver outro item de uma política mineral, que se chama segurança jurídica.

Sem segurança jurídica não há investimento; sem investimento não há renda; sem investimento não há geração de conhecimento, não há geração de jazida, não há produção de minério e não há consumo de minério e não se cria cadeia produtiva agregada a jusante a montante do setor.

Então, conhecimento geológico, ambiente favorável, segurança jurídica, - e a segurança jurídica está na questão dos direitos minerais da outorga, do licenciamento ambiental, do acesso às áreas - são pilares de uma política mineral, são basilares esses conhecimentos. Estudos da economia mineral que prospecte oferta e demanda mineral futura.

O setor do Estado tem que ter uma equipe que conheça, que estude, que esteja formulando: o consumo de potássio em Mato Grosso está onde? Vai para onde?

Fizemos isso no Ministério de Minas e Energia em 2000 e as substâncias que foram acusadas de maior necessidade de investimento e de consumo foram as que realmente aconteceram. Foi de 2000 para 2005 para 2010: ferro, potássio e calcário para cimento. Bateram na mosca esses estudos e foi tudo o que aconteceu.

Então, tenhamos que estar nos preparando, pegar os estudos que foram feitos e nos preparar. Conhecer oferta e demanda internacional, nacional e regional é fundamental em uma política mineral.

Políticas tributárias e de fomento à pesquisa tecnológica aplicada que incentive a agregação de valor a jusante e a montante da cadeia produtiva.

O que é a jusante? Eu preciso de consultoria, de *software*; preciso de prestadores de serviços de sondagem; preciso de caminhões; preciso de uma série de consultores.

Do outro o lado, a jusante, é agregar valor. É o que o senhor já falou aqui muito bem, ou seja, é tentarmos criar o adensamento da cadeia produtiva em torno do bem mineral, em torno do consumo local.

Então, se eu posso montar um polo cerâmico, se tenho argila de qualidade...

Santa Gertrudes, em São Paulo, interior de São Paulo, de uma hora para outra a argila tinha uma característica que era quase uma mistura para fazer o biscoito cerâmico, ganhou competitividade, começou a tirar o mercado das cerâmicas de Santa Catarina, por causa da argila, por causa da qualidade daquele minério em Santa Gertrudes. Então, é essa política de incentivo e agregação de valor na cadeia produtiva do minério.

Nós temos que ter políticas de “descomissionamento” das minas.

Hoje a sociedade não aceita mais que não haja o “descomissionar”, ou seja, você recuperar a área para outros usos, reutilizá-la de alguma forma.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A POLÍTICA ESTADUAL**  
**SOBRE GEOLOGIA E RECURSOS MINERAIS NO ESTADO DE MATO GROSSO,**  
**REALIZADA NO DIA 03 DE JUNHO DE 2016, ÀS 14H.**

---

Precisamos, para tudo isso que eu falei, ter formação de recursos humanos e pesquisa tecnológica. Tem que ter técnico em mineração, geólogos, engenheiro de minas e, por último, infraestrutura.

Eu acho que essas são as linhas gerais de uma política mineral de um Estado - infraestrutura.

Você só desenvolve certas minas, certos depósitos, com ferrovias, com acesso a portos; você só desenvolve com uma logística regional que seja.

Eu acho que vocês têm meio caminho andado de política mineral. Vocês têm uma empresa...

Como operacionalizar essa política? É como o colega que me antecedeu, Caiubi - eu falei aqui mais em mineração, mas eu concordo plenamente com tudo o que ele falou em termos de geologia -, gestão territorial, questão do laudo geológico e loteamento em grandes obras. Isso tudo tem que ser incluído dentro da política. Concordo plenamente com a linha que ele colocou.

Mas na questão da mineração, como operacionalizar?

Nós temos o exemplo, e foi mostrado pelo geólogo Antônio João algumas empresas estaduais continuam até hoje porque, ao descobrir depósitos, se associaram e cobraram *royalties*, e esses *royalties* lhes deram longa vida, e elas conseguem ser autossuficientes.

Então, é uma linha que tem que ser discutida entre a equipe, o setor, os políticos. Essa é uma linha.

CODEMIG. A CODEMIG tem nos *royalties* do nióbio uma sustentação fantástica para sempre. Vários projetos de Governo de Estado de Minas Gerais vem desses recursos. A CBPM tem vários depósitos, na ordem de três por cento de *royalties* que eles recebem, depósito de níquel e isso lhes dá sustentação.

Então, essa pode ser uma linha.

A empresa estadual, para ter todos os trabalhos de fomento ao setor, também tentar descobrir depósitos que lhes dê sustentabilidade através de *royalties*. Mas isso também não quer dizer que ela não possa fazer... Tem uma certa... No dia a dia, se ela requer área, se ela entra no mercado propriamente dito, tem certas contradições como sendo uma agência de fomentos também. Às vezes não dá certo essa forma de trabalhar.

Na Bahia acontece isso. Tem setores da Secretaria fomentando e a CBPM realmente pesquisando para descobrir e fomentar novos depósitos na forma de cobrança de *royalties*.

Na questão de estudos de economia mineral, o setor todo aqui já trabalhou isso e deve estar trabalhando, você pega a curva de área plantada e a curva de produção agrícola, a curva de produção agrícola está enorme, sai de 76 milhões de toneladas para 195 milhões de toneladas de grãos, e a área plantada se mantém, sobe muito pouco. Isso graças ao fosfato e ao potássio.

Então, nesses anos todos Mato Grosso teve essa demanda por esses bens. São vinte anos de curva, que eu estou falando, os últimos vinte anos. Então, estudos de economia são fundamentais na política.

Eram esses os pontos.

Quanto às observações que fizeram aqui ao Departamento, não terei tempo de comentá-las, porque eu só tenho dois minutos para concluir, então, fica para outra oportunidade, até porque eu estou desautorizado a representar o departamento nos tópicos que foram levantados.

Eu só quero mostrar, para concluir, que nos últimos anos, pelo menos nos 08 anos anteriores a esta data, tirando os últimos 04, 05 anos, nós tivemos uma política de formalização do pequeno minerador.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A POLÍTICA ESTADUAL**  
**SOBRE GEOLOGIA E RECURSOS MINERAIS NO ESTADO DE MATO GROSSO,**  
**REALIZADA NO DIA 03 DE JUNHO DE 2016, ÀS 14H.**

---

A COPERJUMA, no Sul do Amazonas, vocês devem conhecer, esse que vos fala foi lá formalizar e ajudar a criar a cooperativa de garimpeiros e dar a PLG para eles e criar o conselho de administração deles.

Em Juína nós outorgamos e legalizamos 33 PLG de diamantes, quando o Brasil assinou o acordo Kimberley. Hoje tem Cooprodil lá, que trabalha legalmente, exporta, e antes era tudo na ilegalidade, o que não pode mais ser aceito.

A CEFEM, Deputado, nós saímos de 180 milhões de arrecadação para 02 bilhões e 200 milhões. Isso com o trabalho do DNPM, e 23% disso que vai para o Estado; 65% por cento disso vai para o município produtor; apenas 12% vai para a União.

O DNPM descentralizou quase todos os atos de ofício de concessão para os superintendentes locais: a PLG, a preparação de todo o alvará, o diretor só aperta lá, mas quem constrói é aqui; aprovação de relatório final de pesquisa. Nós já descentralizamos muitas coisas.

Questão de milhares de portarias, o senhor talvez não tenha visto. Agora em maio saiu a consolidação dessas milhares portarias em uma única só, Portaria 155/16. É uma única portaria só que já temos hoje como norma infralegal do setor.

Quanto àquelas sugestões de responsáveis técnicos, concordo.

Por fim, dizer que eu acho uma grande injustiça falar que o departamento nos últimos anos não vem trabalhando com a pequena mineração. Se não viesse, aquela produção ali não estaria naquele tamanho.

Então, se o pequeno minerador, você mesmo mostrou um gráfico e fez comentário que eu não concordei, porque se a pequena mineração está empatada com a grande mineração é sinal que ela teve seus títulos, ela foi estimulada, as cooperativas estão criadas, estão aceitas.

Só queria fazer essa colocação, Deputado, porque temos que ser mais responsáveis ao fazer críticas. Com muitas delas eu concordo, mas é preciso conhecer um pouco mais a história das instituições para criticá-las.

Acho que uma política mineral com esse nível de crítica entre as instituições estaduais e federais não inicia bem. O DNPM está parceiro sempre dos Governos Estaduais. Defendo a descentralização de certas substâncias para Governos Estaduais na gestão, na outorga e na fiscalização. Temos que fazer parceria em fiscalização. Temos que fazer o guichê único no Licenciamento Mineral Ambiental. Então não entendi certas colocações de centralização, acho que realmente não conheço a realidade de Mato Grosso em detalhes. Já vim aqui algumas vezes formalizar cooperativas de garimpeiros, mas ficaria para outra oportunidade aprofundarmos. Fico muito grato pelo convite de compor a mesa, porque não estava nem previsto, Deputado no nosso Cerimonial, o meu compromisso era hoje de manhã só, mas fiz a apresentação e agradeço. Fico honrado por esse convite.

Parabenizo a iniciativa, porque é assim que as Políticas saem realmente. Vi que o senhor tem o setor mineral no sangue. Parabéns pela iniciativa, pela Audiência Pública. Acho que é por aí que se constrói uma política, agora não se esqueçam dos itens iniciais que coloquei, que são as bases de ela ser realmente desenvolvida em todos os seus aspectos com técnica, com sustentabilidade e com inclusão do Pequeno Minerador que sempre defendemos.

Obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Quero só avisar que vamos abrir a fala para a plateia, daqui a pouquinho. Se o Dr. João Antônio quiser contraditar, vai ter essa oportunidade.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A POLÍTICA ESTADUAL**  
**SOBRE GEOLOGIA E RECURSOS MINERAIS NO ESTADO DE MATO GROSSO,**  
**REALIZADA NO DIA 03 DE JUNHO DE 2016, ÀS 14H.**

---

Eu estou dizendo aqui para o Elias, que é o contrário, não tenho nada com a mineração, estou longe. Esta não é primeira Audiência Pública que fazemos em que observamos que os entes federativos não conversam. Fica a sugestão de criar um fórum com a Faculdade de Geologia da UFMT, a METAMAT, a DNPM, a SEMA. Podem usar este ambiente da Assembleia Legislativa, que fica à disposição. A Assembleia Legislativa tem a televisão, tem a rádio FM e pode transmitir ao vivo essas reuniões. Que vocês se reúnam periodicamente duas, três vezes por ano, porque sinto que, apesar de vocês atuarem praticamente na mesma área, está um de costas para o outro. Não é só neste setor, não. Vi isso também na agricultura familiar. Ouvia, Julião? O pessoal do INCRA não conversa com os setores de financiamento do Banco do Brasil, que, por consequência, não conversa com a Secretaria de Estado da Agricultura Familiar, que não tem nada a ver com as Secretarias Municipais de Agricultura nem com a Delegacia do Ministério. É um de costas para o outro.

Temos que entender que nós somos pagos pelo mesmo contribuinte! Se nos reunirmos e nos entendermos, fica mais barato para o cidadão. Às vezes nós estamos fazendo uma mesma ação sobrepondo um aos outros, a METAMAT faz, o DNPM também faz. Fica essa sugestão a vocês.

Temos mais dois inscritos da mesa. Com a palavra, o Sr. Fúlvio Ferrer Kalix Paes de Barros, advogado, que falará sobre a mineração na zona de amortecimento do Parque do Cristalino. O senhor tem 10 minutos.

**O SR. FÚLVIO FERRER KALIX PAES DE BARROS - Boa tarde!**

Eu gostaria, primeiramente, de agradecer o convite feito e parabenizar a METAMAT e todos os presentes, porque eu acredito que a discussão é a única maneira de você solucionar qualquer problema. Seja qual for o problema apresentado, a discussão é a forma mais rápida de solucionar.

Cumprimento todos os presentes à mesa, em especial, a minha Professora Alessandra Panizi. Com base no meu estudo de formação de pós-graduação é que eu tirei esse material que apresentarei aos senhores.

Basicamente o que quero colocar é o seguinte: percebemos que o Estado de Mato Grosso é um Estado geologicamente muito rico, então não podemos nos prender à mineração, tem poder turístico, tem o poder de exploração, portanto temos um potencial diverso.

No caso específico, vou tratar aqui do Parque Estadual do Cristalino, que é uma Unidade de Conservação Integral, então, no seu interior, ele foi criado basicamente para proteger o meio ambiente ecologicamente, mantê-lo ecologicamente equilibrado.

Aqui eu coloquei os dois Decretos: o decreto de criação, num primeiro momento, no ano de 2000, Decreto nº 1.471; e, posteriormente, a Lei nº 7.118/2001, em que foi criada a área inicial de 66.900 hectares. Esse foi o pontapé inicial do Parque Estadual do Cristalino. Posteriormente, já no ano de 2001, veio a criação do Parque Estadual do Cristalino II, em que foi acrescentada uma área de 118.000 hectares. Dessa forma, o Parque, somadas as áreas I e II, passou a ter 184.900 hectares, praticamente 185.000 hectares.

O ponto principal é o seguinte: por se tratar de um parque estadual, a competência de licenciar é da SEMA, nosso órgão de meio ambiente do Estado. E o que eu encontrei no meu estudo? Eu encontrei, na verdade, que a região em que se encontra o Cristalino, que é Alta Floresta e Novo Mundo, basicamente, 90% do território é de Novo Mundo e 10% de Alta Floresta. O potencial minerário existente lá é muito grande.

Mais adiante, vamos apresentar um mapa sobreposto do plano de manejo com as áreas requeridas pelo DNPM para pesquisa mineraria e os senhores vão perceber que não tem

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A POLÍTICA ESTADUAL**  
**SOBRE GEOLOGIA E RECURSOS MINERAIS NO ESTADO DE MATO GROSSO,**  
**REALIZADA NO DIA 03 DE JUNHO DE 2016, ÀS 14H.**

---

praticamente um metro quadrado de área sem requerimento de pesquisa. O potencial minerário lá é muito grande, principalmente para ouro.

O que aconteceu? Esse mapa está presente no plano de manejo do Parque Estadual do Cristalino. Essa linha laranja basicamente é onde abrange a zona de amortecimento. Nessa zona, o plano de manejo teve a infelicidade de, num de seus tópicos, colocar como expressamente proibida qualquer tipo de atividade mineral dentro dessa área.

Primeiramente, se nós formos fazer uma análise dessa zona de amortecimento, vamos perceber a desproporcionalidade. Tem pontos que vão de 2 a 3 quilômetros e pontos que vão a 30 quilômetros. Veremos mais adiante que isso não segue padrões de nenhuma unidade de conservação do País. Tem unidade de conservação de proteção integral, que vou citar os exemplos e vou dar os nomes, cuja zona de amortecimento é de 500 metros. Então a desproporcionalidade é muito grande. O impacto causado na região por esse plano de manejo é enorme e isso vem desde a sua aprovação e até hoje não foi mudado. Portanto existem empresários que perdem a oportunidade de investir, de gerar emprego, de gerar renda na região, uma região em que o próprio plano de manejo em seu texto reconhece que Novo Mundo teve em sua base de formação a exploração mineral do ouro.

Então como é criada uma unidade de conservação numa região potencialmente rica de exploração mineral sem nenhum tipo de fundamento técnico? Porque, conforme vamos ver aqui mais adiante, não existe tampouco a especificação e o traçado correto da zona do amortecimento. Pode proibir qualquer tipo de atividade mineraria, mas a legislação pátria em momento algum cita essa proibição. Isso na Constituição não existe; na política nacional de meio ambiente não existe; no sistema nacional de conservação em momento algum fala de proibição expressa.

Nós vamos ver mais adiante os diversos problemas que esse plano de manejo tem causado para o potencial geológico do Estado de Mato Grosso.

Pode passar. Esse é o mapa sobreposto que eu havia citado anteriormente. Foi feita uma sobreposição do mapa existente no plano de manejo da unidade de conservação com as informações obtidas na METAMAT que são os requerimentos existentes do DNPM para pesquisa.

Toda essa área amarela é a que tem potencial de minério ouro. A área vermelha é DNPM do Pará. No caso são requerimentos do Pará. E essa área rosa, que é bem menor, é potencial de zinco.

A falta desse possível aprofundamento técnico no plano de manejo pode ser comprovado, inclusive, quando o plano de manejo faz referência a minérios que não existem na região, pelo menos, até o momento não há nenhum dado técnico que mostra que lá existe, por exemplo, o granito, isso está dentro do plano de manejo da unidade de conservação.

Em 2006 a Assembleia Legislativa por meio da Lei nº 8.616 tentou reduzir a área da unidade de conservação. Ela passaria a ter 58.332 hectares. Isso gerou uma comoção social e os setores de ONGs, a sociedade civil organizada, pressionaram de forma de forma praticamente insustentável, fazendo com que o Governador, à época, vetasse essa lei que havia sido aprovada pela Assembleia Legislativa. Posteriormente a Assembleia Legislativa derrubou esse Veto e o Ministério Público fez um requerimento - quer dizer, teve que entrar a Justiça no meio - para que essa lei fosse revogada, fosse retirada. Quer dizer, o primeiro passo tentado foi a redução da área, até aí tudo bem, não vamos discutir.

E aí eu começo a tratar efetivamente do gerador do problema para nós. Que é o quê? O plano de manejo. Nesse plano de manejo tem que estar escrita uma especificação técnica e um estudo técnico do por que a mineração não poderia ser exercida dentro da zona de

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A POLÍTICA ESTADUAL**  
**SOBRE GEOLOGIA E RECURSOS MINERAIS NO ESTADO DE MATO GROSSO,**  
**REALIZADA NO DIA 03 DE JUNHO DE 2016, ÀS 14H.**

---

amortecimento, o que não existe. Na verdade, o que existe no plano de manejo é um tópico, é o tópico 3.1, e dentro desse tópico está estabelecido que é proibida a exploração de atividade minerária de qualquer natureza dentro de uma zona de amortecimento completamente fora dos padrões aplicados em outras unidades de conservação nacional.

Existem vários pontos que são importantes nessa minha exploração. O principal é a desproporcionalidade dessa zona de amortecimento, uma zona de amortecimento que está basicamente 60 vezes maior que a média nacional. Vamos colocar que essa zona de amortecimento seja de 1 quilometro, porque nós temos que entender que dentro da zona de amortecimento há propriedades privadas. A partir do momento que o Estado proíbe expressamente a atividade minerária ele está, de certa forma, inviabilizando a propriedade. Quem têm propriedades ali fica de mãos amarradas por quê? Sem fundamento técnico, sem nada, simplesmente a SEMA aprovou um plano de manejo que não dá liberdade. Então, a lei exige o quê? Exige licença ambiental? A SEMA licencia. Devidamente licenciado, desde que tenha autorização do DNPM para realizar essa pesquisa, e que posteriormente se consiga o direito de lavrar não poderá o Estado barrar a economia da região dessa forma. Se fosse para barrar, que barrasse com algum fundamento técnico. Não existe fundamento técnico, não existe fundamento legal. Nós estamos aqui colocando um problema que é meramente político. É vontade política. Os empresários da região estão amarrados. Existiram empresários que fizeram grandes investimentos, conseguiram licenças, mas no momento de conseguirem a licença de operação um dos órgãos da SEMA responsável, que é a CUCO, barrou a licença. Então, o “cara” fez o investimento, chegou o momento de ele ter o retorno simplesmente não tem por vontade política e por pressão popular.

Nós entendemos a necessidade da conservação, mas ela não pode jamais se sobrepor à necessidade do Estado de explorar sua riqueza. Foi dito praticamente por todos os membros da mesa que Mato Grosso é Estado que tem um potencial mineral enorme. Nós não podemos ficar amarrados ao agronegócio. Nós temos que partir para outros negócios.

Aí é o momento que nós vemos outro problema do plano de manejo.

Nem o perímetro e nem a superfície da zona de amortecimento estão descritos com especificidade no plano de manejo. Quer dizer, foi feito um traçado no mapa e quem estiver ali dentro vai ter que arcar com o prejuízo, infelizmente, porque não tem dados de georreferenciamento, não existe nada. Existe a vontade de delimitar uma área privada. Então, se o Estado entende que essa área é importante que desaproprie e indenize os proprietários ou, então, que urgentemente seja mudado o plano de manejo, o que falta é vontade política.

O empresariado, o pequeno empresário, ou seja, o minerador, não importando o seu tamanho, não pode ter o direito cerceado desta forma. Aqui eu estou falando novamente do que já foi dito anteriormente, de segurança jurídica. Enquanto não tivermos segurança jurídica ninguém vai investir. Você não vai investir na incerteza.

Aí basicamente estou tratando de alguns princípios que é um terno de legalidade. Eu acredito que não seja cabível aqui, até porque estamos com um tempo bem curto, mas basicamente não existe proporcionalidade, porque não são respeitadas as médias das zonas de amortecimentos de outras unidades.

Ali, também, não existe a razoabilidade. Por quê? Dentro do plano de manejo existe um item que autoriza dentro da zona de amortecimento as propriedades a fazerem uso de agrotóxico. Então, se tivéssemos falando em conservação ambiental que fosse aplicado o mesmo nível de restrição a todas as atividades exercidas dentro dessa zona de amortecimento.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A POLÍTICA ESTADUAL**  
**SOBRE GEOLOGIA E RECURSOS MINERAIS NO ESTADO DE MATO GROSSO,**  
**REALIZADA NO DIA 03 DE JUNHO DE 2016, ÀS 14H.**

---

E, por último, o princípio de legalidade. Ninguém pode - está aqui escrito -... “Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa se não em virtude da lei.” Inexiste no plano legal pátrio qualquer dispositivo que especifique proibição de exploração mineral em zona de amortecimento.

Aqui eu coloquei especificamente aquela desproporcionalidade. Citei aqui, por exemplo, o Parque Nacional. Serra do Itajaí e a Reserva Biológica de Peroba ambas com 500m visão de amortecimento, lembrando que ambas são unidades de conservação de proteção integral. Então, aqui não estamos falando de unidade de conservação de uso sustentável. Estamos falando de uma mesma categoria.

E aqui efetivamente estou citando duas unidades de conservação que permitem a exploração mineral dentro da zona de amortecimento, que é a Estação Ecológica Alto Maués e o Monumento natural do Rio São Francisco, também unidades de proteção integral. Quer dizer, o Estado não pode mais deixar a situação do jeito que se encontra. Tem que ser dada uma solução e é vontade política.

Eu quero agradecer a todos pela oportunidade e parabenizar o pessoal, porque acho que isto aqui tem que ser feito, as necessidade têm que ser colocadas, têm que se levadas as Poder Público, porque a população não pode ficar de mão atada e nem ter o seu direito cerceado sem fundamento. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - A Assembleia Legislativa agradece o Dr. Fúlvio.

O Parlamento é, sem dúvida, o Poder mais democrático de todos disparado. O Dr. Fúlvio apareceu, pediu para falar, foi inscrito e falou.

Uma coisa interessante, Dr. Fúlvio, que eu quero falar para o senhor, que eu era Deputado na década de 90, nesta Casa, quando houve aquele escândalo chamado gleba divisa. No finalzinho do ano de 1994 o Governo do Estado arrecadou 336.000 hectares. Isto em sessenta dias. Inclusive, esse Procurador, Dr. Chico Lima, foi o especialista em esquentar documentos em sessenta dias. Montamos uma CPI aqui, ele foi condenado lá no... Ele tomou 90 dias de suspensão. Nós pedimos a exoneração a bem do serviço público dele. A Procuradoria não entendeu, mas deu um gancho de 90 dias nele. E o Governo arrecadou 336.000 hectares. Como havia uma legislação de 1978, 1979, de que áreas de conflito, áreas privadas, ocupadas pelo Movimento Sem Terra, o Governo poderia manter aquela área e distribuí-la aos sem-terra e indenizar os proprietários com terras do Estado. Então, permitia a permuta.

Aproveitando de uma legislação que era para beneficiar pequenos agricultores, o Governo, no apagar das luzes, achou cinco testas de ferro, “laranjas”, um dos quais morto, fez uma operação escandalosa, esquentou essas áreas. E essas áreas do Cristalino, as trezentos e trinta e seis mil hectares foram entregues a cinco proprietários. Cento e poucos mil hectares para um, cinquenta mil para outros. Quem pegou menos, pegou quarenta e nove mil hectares. E essa ação rolou, nós levamos a denúncia ao Ministério Público Estadual, Federal, ao Congresso Nacional. Enfim, agora, depois de quase vinte anos, saiu a adesão final do Supremo Tribunal reconhecendo o trabalho da CPI.

Eu sempre falo que nem sempre as CPIs dão resultados de imediato. Mas essas Comissões acabam levantando documentos que mais dia, menos dia, virão à tona e ajudarão num processo lá na frente. Então, depois de vinte anos, em 95, somente no ano passado, em 2015, é que houve o julgamento final, anulando toda aquela operação que foi feita.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A POLÍTICA ESTADUAL**  
**SOBRE GEOLOGIA E RECURSOS MINERAIS NO ESTADO DE MATO GROSSO,**  
**REALIZADA NO DIA 03 DE JUNHO DE 2016, ÀS 14H.**

---

Só para reportar, aqui o Fúlvio falou sobre esse tema. E a Assembleia Legislativa diminuiu a área do parque, porque tem Deputado aqui que é dono, é grileiro na área, tem vinte, trinta mil hectares, roubou a área pública e eles manipulam, aqui, internamente. Fizeram isso. E é bom que o Ministério Público entre na ação, porque aqui tem muito colega Deputado que tem área ali dentro, resultado de grilo, área pública do Estado.

Convido para fazer uso da palavra o Dr. Joaquim Moreno, neste ato vai falar em nome do Secretário Seneri Paludo, que minutos antes da Audiência me ligou pedindo mil desculpas, porque surgiram fatos relevantes e ele foi convocado para ir ao Gabinete do Governador e encaminhou o Dr. Joaquim Moreno para falar em seu nome.

Então, com a palavra, o Dr. Joaquim Moreno. Depois, vamos alternar a plateia, a mesa, a plateia, a mesa, para que todos tenham a oportunidade de deixar o seu pensamento, fazer a sua provocação para enriquecer ainda mais esta Audiência Pública.

O SR. JOAQUIM MORENO - Quero cumprimentar o Deputado e os demais colegas da mesa e dizer que fui pego de surpresa. Eu só fiquei sabendo que estaria representando o Secretário quando estava chegando aqui. Portanto, eu não me preparei adequadamente como gostaria.

Inicialmente, gostaria de fazer uma observação ao meu amigo pessoal Antônio João: eu não tenho nenhuma visão distorcida de garimpo. O que sempre discuti com os colegas foi que não podemos ser paternalistas dos garimpos, não podemos colocar a nossa empresa de mineração do Estado a favor de um só setor de produção.

Outra coisa também que gostaria de falar para você, Antônio João, é que não foi a aerogeofísica, lá na região de Mirassol d'Oeste, que detectou aqueles depósitos. Os requerimentos eram da GM IV e são bem anteriores aos levantamentos aerogeofísico. Portanto, isso não tem procedimento.

Mas, em cima disso aí, Antônio João, eu gostaria de fazer uma observação: esse fosfato foi descoberto pelo nosso amigo e colega Gercino. Se você for pegar os dados das amostras que ele coletou e detectou o fosfato, é bem anterior aos requerimentos da GM IV. Portanto, houve um descaso da METAMAT por essa descoberta do Gercino. E nós só avançamos nisso por uma coincidência, nós estávamos em Mirassol d'Oeste - o Gercino está aí como prova - onde fomos fazer um treinamento com um professor do Pará a respeito do ambiente de sedimentação de fosfato em calcário, atrasou o avião dele, o Gercino nos convidou para conhecer essa ocorrência. E tudo por coincidência, também, existia na equipe da CPRM um colega especialista nesse tipo de depósito. Aí nós fomos lá. Quando ele bateu o martelo, ele falou: "Rapaz"! E o projeto fosfato não abrangia aquela área. Ele falou: "Joaquim, isso aqui é um grande achado. Você pode estender o projeto até aqui"? Eu falei: Claro! Na hora, eu tinha poder para isso.

E mais uma coisa, Antônio João, para deixarmos bem claro: mapeamento geológico, levantamento aerogeofísico, não são feitos para as multinacionais, eles estão disponíveis para todo o nosso setor. Então, gostaria de deixar claro para todos vocês sobre isso.

Bom, voltando ao tema, é preciso entender, e aqui têm vários estudantes, que o setor mineral é dividido no setor extrativo e no setor de transformação.

Na indústria extrativa, qual é o primeiro elo? É o mapeamento geológico. No mapeamento geológico você programa as prospecções, a exploração mineral para chegar finalmente na mina, na exploração.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A POLÍTICA ESTADUAL**  
**SOBRE GEOLOGIA E RECURSOS MINERAIS NO ESTADO DE MATO GROSSO,**  
**REALIZADA NO DIA 03 DE JUNHO DE 2016, ÀS 14H.**

---

Então, o que nós temos que fazer é o seguinte: qual é o papel do Estado? O Estado tem ter uma empresa de mineração? Em minha opinião, não. Primeiro, nós não temos capacidade de investimento em pesquisa mineral, e essa é uma discussão que vem lá de trás. Certo?

Quando da extinção do IUM, todas as empresas estaduais perderam poder de investimento, sobraram CBPN, que o colega Walter falou. Por quê? Porque ela tinha os *royalties*.

E nós sempre tivemos aqui, Antônio João, e eu tenho o prazer de falar que convidei o Antônio João para trabalhar conosco na METAMAT, à época, porque ele tinha todas as condições de fazer uma brilhante carreira lá na Universidade por ter sido o melhor aluno do curso.

Então, o que ocorreu? A partir da extinção do IUM todas elas perderam capacidade de investimento em pesquisa mineral e ficou, como é a METAMAT hoje, dependente de recursos dos Tesouros Estaduais. Até que, em 1987, o Dante teve uma brilhante ideia de estabelecer, das compensações financeiras, que 70% fossem aplicados no setor mineral.

Eu, em 2001, fui convidado para ir à Secretaria para criar um Programa ou uma Política Mineral para o Estado, ou uma Política de Geologia para o Estado. O que nós fizemos? Fomos ao Ministério de Minas e Energia e conseguimos um recurso a fundo perdido. E você participou dessa equipe, vários outros colegas, enfim, a Universidade, a METAMAT, a DNPM, a CPRM, todas participaram desse projeto que foi gerado - você se lembra - o diagnóstico setor mineral, que aqui é uma bíblia para nós.

Esses dias me perguntaram: “Vocês tem uma programação para o Estado?” Claro que temos! Aqui aborda desde mapeamento geológico até polo joalheiro. Está escrito aqui. Apoio ao pequeno minerador. Está aqui. É uma bíblia isso aqui, pouca gente sabe disso, mas quem participou sabe.

O que ocorre? Nós avançamos muito no conhecimento geológico graças ao convênio que nós buscamos fazer com a CPRM. Por que CPRM? Porque a CPRM é o serviço geológico do Brasil. Ela é responsável pela cartografia geológica do Brasil e sem termos uma cartografia geológica não avançamos. Tudo que os colegas já falaram anteriormente.

Então, a questão toda é que nós tínhamos lá dentro da Secretaria, mexendo com a cartografia geológica do Estado, e nós avançamos muito, tanto que o Estado chegou a ser o terceiro no Brasil em requerimento de área para pesquisa; e a METAMAT continuou mexendo com a mineração, dando apoio às pequenas mineradoras em áreas degradadas, enfim. Então, essa coisa ficou muito bem delimitada.

Eu tenho escrito no PPA de 2011-2015 uma proposta de junção das duas, METAMAT e a Superintendência de Minas, que era o embrião do serviço geológico que nós estamos brigando hoje, o serviço geológico do Estado.

Extinção da METAMAT? Nunca. Mas transformação da METAMAT no serviço geológico do Estado, porque nós vamos abranger todos os setores.

Como disse o Caiubi, muito bem colocado, a geologia não é só mineração, gente! E aqui nós falamos em mineração e em mineração de ouro. A questão não é só isso, não! Ela é muito mais abrangente.

Nós temos que ter uma política. Por isso nós temos que criar o serviço geológico, porque nesse serviço geológico nós podemos fazer todo esse trabalho e não ser, teoricamente, um Estado empresarial que concorre com a iniciativa privada.

Então, a nossa luta hoje está aqui o Elias, estão todos os colegas da METAMAT, a minha briga, e eu fui responsável pelo Secretário, preparamos e depois eu passei para os colegas fazerem as correções, exposição de motivos, estatuto desse serviço geológico, mas, infelizmente,

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A POLÍTICA ESTADUAL**  
**SOBRE GEOLOGIA E RECURSOS MINERAIS NO ESTADO DE MATO GROSSO,**  
**REALIZADA NO DIA 03 DE JUNHO DE 2016, ÀS 14H.**

---

como não depende de nós, e aí entra, Deputado, a questão política, a questão definição. Vamos criar o serviço geológico? Vamos criar o serviço geológico.

Ah, mas tem um custo alto. Se tem um setor que não depende da Fonte 100 é o setor de geologia e mineração, porque tem uma lei que estabelece valores para serem aplicados no setor.

Portanto, nós temos que lutar para isso. A partir daí você já tem uma política definida, o Estado tem um serviço geológico com as suas atribuições que não seja só a questão da mineração.

Infelizmente, se eu tivesse sido avisado antes que eu estaria representando a Secretaria, eu teria preparado um trabalho melhor.

Obrigado. (PALMAS).

Uma observação...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - O senhor ainda tem mais três minutos.

O SR. JOAQUIM MORENO - Eu gostaria até, professor Wilson Santos, professor de história, que a descoberta do ouro de Peixoto de Azevedo não foi por conta das colonizadoras, foi pela METAMAT.

A METAMAT descobriu o ouro de Peixoto de Azevedo e quem descobriu foi o geólogo que se chama Álvaro Pizzato Quadros. Nós estávamos lá, os colegas da época sabem.

Quando foram lançadas as imagens de radar apareciam estruturas circulares e nós achávamos que tinha cassiterita ali. O Álvaro foi para lá fazer a prospecção e descobriu esse ouro que, infelizmente, a METAMAT não conseguiu segurar.

Essa é a história. Os mais antigos sabem.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Ainda tem mais dois minutos Joaquim.

O SR. JOAQUIM MORENO - Então, vamos lá.

Outra coisa, nós tínhamos um projeto estratégico à época para a METAMAT. O que era esse projeto estratégico? A agricultura estava avançando para cá e precisava de calcário. O que nós fizemos? Havia calcário em Mato Grosso do Sul, Bonito; calcário em Cocalinho; e o Barranquinho aqui. Não me lembro outro, mas acredito que tinha uma visão de procurar esses bens para o atendimento da agricultura. Mais uma vez a METAMAT não segurou nenhuma dessas áreas. Ela poderia estar na mesma situação da CBPM, passa para a iniciativa privada e recebe seus *royalties*.

Infelizmente, perdemos todas essas áreas, vocês sabem, o Serafim, os cabeças brancas aqui conhecem bem essa história.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Terminou, Joaquim?

Quer mais um minuto de acréscimo? (RISOS).

Eu quero dizer aos estudantes, que são nosso maior patrimônio social, que vão viver até 2070, quem sabe 2100, vão chegar lá.

Nós, Joaquim, lá por 2050 já estamos...

Vocês estão tendo hoje aqui uma grandiosíssima aula. Perdeu quem não veio. Vocês estão ouvindo os melhores cérebros dessa área que atuaram no setor nos últimos 40 anos pelo menos.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A POLÍTICA ESTADUAL**  
**SOBRE GEOLOGIA E RECURSOS MINERAIS NO ESTADO DE MATO GROSSO,**  
**REALIZADA NO DIA 03 DE JUNHO DE 2016, ÀS 14H.**

---

É claro que há divergências. E isso é bom. Divergências, quando se debate de maneira civilizada, urbana, a humanidade só avança, só evolui. Tem que ter mesmo, tem que ter mesmo.

Eu quero parabenizar os estudantes que vieram, ouviram aqui mestres, doutores, na teoria e na prática. Vocês estão tendo o privilégio de avistarem pessoas responsáveis pelo nascimento de cidades, pessoas responsáveis pelo surgimento de comunidades urbanas, técnicos, servidores que dedicaram a vida toda ao serviço público, que inclusive não têm esse reconhecimento, mas terão. É sempre assim, só depois da passagem, de descobertas de províncias auríferas e diamantinas.

Nós estamos aqui convivendo com verdadeiros monstros da geologia. Isso é um privilégio.

Agora vamos passar a palavra para a plateia e alternar com a mesa.

Quero ouvir o Serafim Carvalho Melo.

O Serafim é geólogo, está em Mato Grosso há muito tempo, já exerceu funções na Federação das Indústrias, foi Secretário de Estado, empresário, é um dos percussores da nossa caminhada rumo ao Pacífico, uma pessoa muito importante e é geólogo - não é, Serafim?

O Sr. Serafim Carvalho Melo (FORA DO MICROFONE) - Também.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Eu pensei que você fosse diplomata, embaixador.

O SR. SERAFIM CARVALHO MELO - Boa tarde, Deputado.

Obrigado pelo exagero.

Estou em Mato Grosso desde 1971, vim pelo DNPM. Eu sou engenheiro geólogo, logo que me formei fui para Goiânia e de Goiânia vim para cá pelo DNPM. Ao longo do tempo foquei no DNPM, fiquei no Estado, fui Diretor Técnico e Presidente da METAMAT, sou aposentado da Universidade do Curso de Geologia e hoje trabalhamos de graça para o Rotary.

Nós verificamos o seguinte...

Gostamos da atividade, do setor e por isso estamos aqui como aposentados.

E a experiência nos mostra o seguinte: a Constituição brasileira diz que na atividade econômica o Estado deve atuar de forma complementar na iniciativa privada. Quer dizer, produzir não é com o Estado. E nós verificamos a experiência desse modelo aqui de mais de 40 anos. A empresa, qualquer empresa, na atividade econômica pressupõe ser autossuficiente, viver com as próprias pernas. Se isso não acontece, ela teria que, pelo menos, empatar, produzir para empatar, pagar suas despesas, mas não é o que ocorre aqui com a METAMAT. Se não tiver a Fonte-100, ela não paga a folha. Então tem alguma coisa errada aí.

Por outro lado, aquilo que o professor Caiubi falou é exatamente o que precisa ter.

Vejam, nós temos mais de 600 assentamentos no Estado. E sabe lá Deus como é essa água que eles utilizam. Há pouco tempo, fizemos uma sugestão ao Estado de fazer um mapa hidrológico do Estado, porque já tem o mapa geológico, fazer o hidrológico para definir os aquíferos, fazer uma campanha de perfuração de poços, de poços de produção e poços de monitoramento de água. A coisa não flui. Então fica muito difícil de falar em política mineral...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Serafim, em respeito a sua trajetória, está livre o tempo.

O SR. SERAFIM CARVALHO MELO - Obrigado! Deram-me um minuto. Essa experiência de que o professor Joaquim falou aqui é fantástica, mas ninguém ouve. O que é aquilo? Ela não segura as coisas.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A POLÍTICA ESTADUAL**  
**SOBRE GEOLOGIA E RECURSOS MINERAIS NO ESTADO DE MATO GROSSO,**  
**REALIZADA NO DIA 03 DE JUNHO DE 2016, ÀS 14H.**

---

Eu me dou o direito de dizer que a METAMAT é uma empresa infeliz, que ela não consegue materializar aquelas coisas que ela descobre.

Veja, a água termal de General Carneiro, o Presidente vendeu. A área de calcário em Rosário Oeste não deu resultado. Cadê os *royalties*? Então é um modelo comprovadamente que não está dando certo, tem que mudar. E fazer o quê? Faz um serviço geológico. É isso que está propondo a Secretaria, a fim de que realmente a geologia seja aquilo que o professor falou, que o Caubi falou. Ela é muito mais ampla. Porque na mineração, na pesquisa mineral, nós falamos para os alunos, para o leigo, brevemente, que a pesquisa mineral tem que responder três perguntas, sem isso vira garimpo: quanto tem? Quanto custa para tirar? Em quanto tempo? Se o minerador, se o empresário não tiver isso, ele não vai fazer nada.

Como vamos fazer política mineral, quando a empresa do Estado está em uma porta negociando com o garimpeiro? Na outra porta ela vai negociar com quem? Com o minerador para fazer uma parceria? Não tem segurança. Quantas áreas nós perdemos aqui, áreas pesquisadas de diamante e de ouro em Poxoréu, na região de Poconé, em Nossa Senhora do Livramento, em Nortelândia? Não vai fazer parceria com um empresário que quer realmente se estabelecer no Estado junto com a empresa estadual. As empresas estaduais que são bem sucedidas na Bahia, no Rio Grande do Sul vivem de uma atividade mineral rentável.

Acho que é muito oportuna, Deputado, esta discussão, mas que não fique somente na discussão. É preciso ter ação prática. É preciso ter decisão política. Quando falo que ela é infeliz não é porque ela só perde as áreas que tem, mas porque ela recebe ordem que não deve fazer.

Quando eu era diretor-técnico o então Governador Júlio Campos chamou o Presidente e falou: “Olha, dê um jeito aqui que estão garimpando ouro no CPA.” Vai lá a METAMAT para organizar o garimpo. Eu era diretor-técnico e falei: Presidente, isso não podemos fazer, somos empresa de mineração. As obrigações da empresa de mineração estatal são iguais às da empresa privada, direitos e deveres iguais. A única coisa que é diferente é o capital, porque é público o da estatal. O senhor tem que falar para o Governador que não podemos fazer isso. Mande alguém da Secretaria de Indústria e Comércio organizar. Eles podem fazer. Nós, como empresa de mineração, não podemos fazer. “Ah, mas tem que fazer!” Aí ele criou uma diretoria de operações. Foram terminar no Tribunal de Contas.

Essas coisas temos que corrigir com coisas novas. Nada contra, nada contra se vai fechar a METAMAT ou não. Ela precisa cumprir os seus objetivos de empresa de mineração. Igual a uma empresa privada, ela tem deveres e obrigações perante o Código de Mineração.

Por fim, não concordo com o Antônio João, quando ele fala da forma que falou com o DNPM. O DNPM nunca atrapalha quem quer produzir legalmente. Nunca atrapalha. Eu acho que tudo gira em torno do DNPM. Se ele tiver perna, ele vai lá no campo por conta própria, do DNPM, não é esperando o empresário pagar a diária e a despesa dele, o transporte aéreo para ele ir lá fazer vistoria de pesquisa. Isso não! Está errado isso aí. O DNPM tem que ir lá com recurso próprio. E tudo gira em torno dele. Se ele tiver perna, a mineração vai para frente. Se ele não tiver, não vai. Se ele tiver perna, o que eu estou dizendo, é o seguinte: é para ir, mandar geólogo lá, o engenheiro de minas fazer vistoria na área de pesquisa e na fase de produção de lavras. E tudo depende do DNPM. Se ele vai bem, a mineração vai bem.

Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Nós não podemos deixar de ouvir depoimentos de protagonistas destas últimas décadas da METAMAT, da política mineral do Estado.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A POLÍTICA ESTADUAL**  
**SOBRE GEOLOGIA E RECURSOS MINERAIS NO ESTADO DE MATO GROSSO,**  
**REALIZADA NO DIA 03 DE JUNHO DE 2016, ÀS 14H.**

---

Eu também estava aqui na Assembleia Legislativa, em 1991, quando fizemos uma CPI para investigar, Serafim, a venda de URUCUM, dos 46% das ações que tínhamos da URUCUM.

Com a divisão do Estado, em 1977, Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977, com a divisão do Estado, formou-se uma Comissão, e o então Governador Garcia Neto nomeou o Professor Aecim Tocantins - vivo, inclusive, dia 08 o Professor Aecim Tocantins completará 93 anos - para ser o representante de Mato Grosso na Comissão de Divisão. E nessa divisão nós de Mato Grosso remanescente ficamos com 46% de todas as ações da URUCUM, que, depois, foram vendidas. (RISOS) Alguém disse que foram vendidas a preço de banana. Eu discordo, se somássemos as toneladas de banana, daria muito mais do que o valor pelo qual foram vendidas. Aí vieram maquinários da Vale, uma confusão, um rolo só! A METAMAT recebeu essas máquinas, os governos doaram essas máquinas para os Municípios, e não tem mais nada, não sobrou nada, virou pó.

O SR. SERAFIM CARVALHO MELO (FALA FORA DO MICROFONE) - O Estado, sócio da Urucum, não se interessava pela empresa, porque ela fazia os balanços. Para se ter uma ideia...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Leve o microfone rapidamente, porque está sendo transmitida ao vivo esta Audiência Pública pela *TV Assembleia Legislativa*.

Sr. Serafim, fale ao microfone, porque tudo isso fica registrado.

O SR. SERAFIM CARVALHO MELO - Deputado, nessa época eu era Presidente da METAMAT e o que ocorria? A Urucum Mineração apresentava os seus balanços tudo negativo. Dava prejuízo. Foram anos seguidos, uma S.A. Anos seguidos. Passaram-se dez anos. O Governo do Estado que era sócio nunca se interessou por isso. Nem conta no Banco do Estado, em Corumbá, ela deixava fazer. E nós fomos pedir ao saudoso Edgar Bernardino, que Vossa Excelência conheceu... Nós o levamos a Corumbá para fazer uma auditoria nos balanços da Urucum Mineração. E foi-se verificar isso. Como ela estava maquiando todos os balanços a forma de ela compensar ao Estado foi comprar os equipamentos e ceder para o Governo do Estado.

Quer dizer, é o desinteresse do Governo pelas coisas da mineração.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Verdade e continua, infelizmente.

Eu não quero aqui discutir partido, PA, PB, PX, mas infelizmente parece que esse desinteresse é regra. Lá no Sergipe eu tive um colega Deputado Federal, por nome Marcelo Deda que era geólogo e chegou a Governador no Estado de Sergipe.

Será que terá que ter um geólogo, Julião? Você terá que ser eleito Governador de Mato Grosso pelo PC do B para dar um rumo nisso?

Convido o professor e Dr. Cleverson Cabral, Conselheiro do Conselho Estadual de Meio Ambiente e Diretor da Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso, para fazer uso da palavra.

Vamos alternando com a plateia. Nós gostaríamos de ouvir, também, alguns estudantes. É importante os estudantes trazerem a opinião.

Por favor, Cleverson.

O SR. CLEVERSON CABRAL - Deputado Wilson Santos, muito obrigado pelo convite. Eu me sinto honrado de estar aqui presente.

Realmente, como Vossa Excelência falou, é uma aula ouvir as palavras de pessoas da universidade, do João pela METAMAT. Ficamos impressionados com o grau de conhecimento transmitido aqui coisa que ignorávamos.

Eu me permito repetir a palavra do Governador.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A POLÍTICA ESTADUAL**  
**SOBRE GEOLOGIA E RECURSOS MINERAIS NO ESTADO DE MATO GROSSO,**  
**REALIZADA NO DIA 03 DE JUNHO DE 2016, ÀS 14H.**

---

No dia 31 de maio, agora, recente, foi o Dia da Indústria e nós contamos com a presença do Sr. Governador Pedro Taques na comemoração na Federação das Indústrias e com Raul, também, um economista consultor.

O nosso Governador muito habilmente falou: “Escuta vocês estão aqui numa casa da indústria, então, imaginem o Estado como indústria. É uma Indústria que tem 100 mil funcionários. Eu tenho um orçamento de 12 bilhões de reais, metade do qual está comprometido com folha de pagamento que não pode faltar e o restante, uma boa parte desses 50% eu tenho obrigações com a segurança, com a saúde, com a e Educação, agora os aposentados e inativos que correspondem a, mais ou menos, 40% da folha de pagamento.”.

Nós estamos aqui discutindo uma política estadual de geologia e de recursos minerais. Isto aqui vai envolver recurso. O Estado está numa situação econômica crítica. Como vamos poder implementar essa política estadual sem recursos? Vamos precisar que a METAMAT vá a campo, que a CPRM vá a campo. E foi muito bem falado aqui que a coisa começa com mapeamento. Isso foi falado pelo Presidente da METAMAT. Nós temos que iniciar com o conhecimento do Estado. É o mapeamento. Esse mapeamento seria feito pelo braço mineral, que é a METAMAT, ou, então, pela CPRM-Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais, mas os recursos estão faltando. Não sobram recursos para as obrigações quanto mais para investimento.

Eu sinto a necessidade e o Deputado Wilson Santos já entendeu, já teve a sensibilidade de verificar essa carência de recursos propondo cortes aqui, na Assembleia Legislativa, para apoiar o Governo na sua luta da sobrevivência, de conseguir chegar no dia 30 ou 31 e pagar os funcionários. E naturalmente os aposentados e pensionistas, também, têm que receber os seus recursos, senão, como ele muito bem, eles vão à Rede Globo e mostram: aqui, a minha lista de medicamento é tal e eu não tenho condições de arcar com isso.

Agora, quando a nossa política estadual de geologia e recursos minerais quiser realmente ter pés nós temos que pensar...

Eu pergunto, por favor, Presidente da METAMAT: de quantos geólogos o senhor dispõe? Qual é o orçamento que o senhor tem para fazer pesquisa mineral no Estado?

Eu discordo do colega Serafim. Eu acho que o Estado...

O senhor falou muito bem, Serafim, que a função do Estado é complementar. Ele tem que fazer o básico, como infraestrutura, energia, isso o Estado tem que fornecer para que a iniciativa privada faça o investimento. Seria o mapeamento básico que foi falado. Nós não temos... Se não me engano, o mapa geológico do Estado é 1 para 500 mil.

Se eu estiver errado, Joaquim, por favor, corrija-me.

Isso significa que 1 milímetro no mapa são 500 mil milímetros no campo, ou seja, são quinhentos metros. Então, se consegue localizar um corpo mineral nessa escala. Vai dar uma geral e a iniciativa privada vai tomar a iniciativa de investir naquela área se achar que existe o potencial para localizar o bem mineral e, depois, passar a sua extração e o beneficiamento.

Então, a indústria mineral ela se compõe de três partes: é o conhecimento geológico, que é fundamental, baseado nesse conhecimento geológico vem a mineração que vai fazer a exploração daquele minério de uma forma econômica e finalmente vai para a metalurgia que seria a agregação de valor.

Foi citado aqui o exemplo de Aripuanã, falado em 700 milhões, precisamente 657 milhões é o orçamento em Aripuanã para a implantação de uma mina de zinco, cobre e chumbo, mas a parte metalúrgica será feita fora do Estado. Uma parte vai para Minas Gerais, que seria o zinco, e o

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A POLÍTICA ESTADUAL**  
**SOBRE GEOLOGIA E RECURSOS MINERAIS NO ESTADO DE MATO GROSSO,**  
**REALIZADA NO DIA 03 DE JUNHO DE 2016, ÀS 14H.**

---

restante vai para o exterior, porque o investimento na metalurgia seria muito maior, em uma indústria metalúrgica, do que a pesquisa geológica, do que a pesquisa mineral, do que a extração do minério.

Então, Deputado, eu tomo a liberdade aqui, falando em nome da Federação das Indústrias, de dizer que o Estado realmente precisa de uma política estadual de geologia e recursos minerais, porém essa política mineral terá que ser baseada em pessoas, em equipamentos, para começar pelo mapeamento, localizar as áreas potenciais que têm o recurso de cobre, chumbo, zinco. Como se falou muito bem a METAMAT já localizou uma série de alvos minerais e, depois, a iniciativa privada foi lá fazer o investimento. Se tiver retorno, eu invisto; se não tiver retorno, nós vamos aguardar o mercado ficar mais favorável. Então, este é um ponto.

Na política estadual não pode nunca esquecer o aspecto econômico.

Nós vamos precisar de recurso, Deputado, para que se possa apoiar a METAMAT. O nosso plano estadual de recursos minerais vai ter que contar com a dotação orçamentária e não está fácil. O senhor sabe muito melhor do que eu que o Estado não tem recurso para investimentos. Então, como nós vamos pensar, agora, em investir em pesquisa mineral, que é uma coisa que dará retorno daqui a dez, quinze ou vinte anos.

Eu queria trazer este ponto e alertar da necessidade de uma previsão orçamentária para que essa política... Se esta é uma Audiência Pública com o intuito de definir uma política estadual de geologia e recursos minerais, nós temos que ter uma base econômica para que isso possa realmente avançar e virar realidade.

Eu agradeço a intenção, Deputado, e, mais uma vez, obrigado pela possibilidade de expor o ponto de vista da indústria neste auditório, que é bem selecionado.

Obrigado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Muito obrigado, Professor Cleverson, que neste ato falou como Diretor da Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso.

Próximo inscrito é o Sr. Gilson Camboim, Presidente da Cooperativa dos Garimpeiros do Vale do Rio Peixoto, foi muito falado aqui, foi muito citado.

Gilson, você tem até cinco minutos. Em seguida, nós vamos ouvir o Waldemar, da CPRM.

O SR. GILSON GOMES CAMBOIM - Boa tarde a todos! Alguns eu tenho a oportunidade de conhecer.

Eu sou Presidente da COOGAVEPE - Cooperativa dos Garimpeiros do Vale o Rio Peixoto.

A nossa Cooperativa possui atualmente 4.700 cooperados ativos e nossa produção anual, em 2015, atingiu praticamente duas toneladas de ouro.

Como alguns colegas colocaram, eu vou explicar para vocês o seguinte: eu concordo com cada ponto que foi colocado aqui com o que o Sr. Antônio João colocou; com o que o Cleverson colocou; com o que o Sr. Joaquim colocou, com cada um, porque o que vimos percebemos - o Molina também colocou várias questões - é que o nosso setor todo está interligado, mas, ao mesmo tempo, desconectado.

Nós tivemos, por diversas vezes, a oportunidade de estar no Ministério de Minas e Energia correndo atrás e reivindicando certas situações. O pequeno vivenciou situações em que teve que tentar mostrar para os órgãos determinadas situações, mas, também, vivenciamos diversas delas que foram revertidas. Caso recente foi citado como de Pontes e Lacerda e outras reservas garimpeiras que foram extintas.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A POLÍTICA ESTADUAL**  
**SOBRE GEOLOGIA E RECURSOS MINERAIS NO ESTADO DE MATO GROSSO,**  
**REALIZADA NO DIA 03 DE JUNHO DE 2016, ÀS 14H.**

---

Tivemos, sim, vários avanços na legalização. A questão das anuências, nós percebemos que o Governo Federal tem no caso uma preocupação e entende que há passividade de trabalhar a pequena mineração com a grande mineração. Todos os nossos municípios estão querendo ou não, dependentes da mineração, mas, ao mesmo tempo, estamos desligados.

Tentamos formar o Conselho de Mineração aqui no Estado. Tivemos diversas reuniões; tentamos fazer a questão da gestão do licenciamento; tivemos reuniões onde tinha o DNPM presente, a Secretaria do Meio Ambiente, a Casa Civil, entre outros órgãos, a METAMAT, a FIEMT, a OCB, que é a Organização das Cooperativas, e simplesmente delimitamos um ponto para começar a fazer certas ações, não avançou e assim esse Conselho foi se exaurindo.

Nós temos que retomar, temos que reconectar de novo todo nosso setor, porque é um setor importante. Dos nossos municípios, quantos municípios nossos tem, às vezes, a extração de cascalho legalizada?

Se nós formos olhar, nem o nosso setor público está organizado para falar de setor mineral.

O Joaquim citou muito bem, em 2001, um trabalho que eles realizaram para poder construir políticas para o setor mineral, só que nós não vimos isso avançar além do papel. Nós não estamos vendo as coisas acontecerem no nosso Estado.

A questão que o Joaquim colocou, e alguns cobraram o ponto da parte dos dados, e eu também já estive lá na Secretaria pedindo um trabalho de geofísica que foi, no caso, patrocinado pelo Estado, em parceria com a CPRM. Então, às vezes, nós podemos colocar, no caso, isso disponível em site. Foi isso que o Estado do Pará fez. Se vocês chegam ao Estado do Pará, por exemplo, eles têm lá a disponibilidade.

Hoje nós temos mídias, temos várias formas de fazer determinadas situações que não estão sendo usadas e o setor está cada vez mais padecendo, porque nós vemos o DNPM sem recurso; vemos o DNPM sem profissionais. Qual foi o último concurso que nós vimos do DNPM para fortalecer o quadro?

Aí nós queremos que o DNPM monitore o Estado da forma que é, consiga ter um bom resultado que, infelizmente, algumas empresas que usam de má fé aproveitam dessa situação. Nós temos muitos bons exemplos no Estado que estão, sim, trabalhando e produzindo. Aí nós vemos algumas questões que acontecem e, infelizmente, o órgão acaba pagando por toda uma situação que ele em si vem sofrendo, falta de recurso e falta de pessoal.

Você vai à SEMA falar com a coordenadoria de mineração, estamos na mesma situação. Só que se formos observar, é um dos órgãos que mais arrecada no Estado, faltando pessoal e faltando recurso. Aí nós estamos criticando a questão da METAMAT, os trabalhos que foram desenvolvidos e a forma que foi feita. Quantos de nós perguntamos quanto a METAMAT recebeu de recurso? Como é que está a questão dos trabalhos que foram desenvolvidos?

Nós estamos, simplesmente, criticando determinada situação, cada órgão está sofrendo a sua punidade aqui. De fato, a sociedade está presente aqui para cobrar, mas o que não podemos deixar de fazer é essa situação evoluir. É pegar daqui para frente, não fazer igual aconteceu diversas vezes, essas reuniões saírem daqui, ficarmos da porta para dentro e nós lá fora sofrendo os mesmos problemas por décadas, não é nem por anos mais, já está virando décadas essa situação.

Essa iniciativa, Deputado, eu vou pedir para que ela seja tomada pelo Poder Público, porque quando ela é tomada pela iniciativa privada, ficamos de porta em porta com pires na mão, cobrando, indo a uma Secretaria pedindo por uma situação, chamando outros companheiros para uma determinada reunião.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A POLÍTICA ESTADUAL**  
**SOBRE GEOLOGIA E RECURSOS MINERAIS NO ESTADO DE MATO GROSSO,**  
**REALIZADA NO DIA 03 DE JUNHO DE 2016, ÀS 14H.**

---

Eu acredito que se a Assembleia Legislativa aprovar e efetivar a questão da criação desse conselho, nós vamos conseguir ter um bom resultado e fazer as nossas necessidades, as nossas demandas se resolverem daqui para frente.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Gilson, por gentileza, repita que conselho você está sugerindo?

O SR. GILSON GOMES CAMBOIM - O Conselho de Mineração do Estado. Isso tem lei no Estado para ser criado. Nós tivemos o chamado Pró-mineração. Quantas minerações, aqui, receberam incentivos?

Ele foi criado no dia 27 de dezembro de 2001. Quantas das minerações presentes...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Ele nunca foi instalado?

O SR. GILSON GOMES CAMBOIM - Alguém de vocês conhece?

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Alguém tem conhecimento?

O SR. GILSON GOMES CAMBOIM - O Pró-Mineração. Quantos conhecem aqui, quantas minerações receberam incentivo de ICMS?

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Ah, tá. Esse é um programa de incentivo fiscal, Pró-Mineração.

O SR. GILSON GOMES CAMBOIM - Isso. Só que vemos que na agricultura os incentivos evoluem.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Sim.

O SR. GILSON GOMES CAMBOIM - Aí vemos outros programas sendo criados e as coisas não evoluem na mineração.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Então, esse programa foi criado, em 2001, e você entende que ele poderia ser retornado efetivamente?

O SR. GILSON GOMES CAMBOIM - Eu acredito que pode ser retomado. Mas o principal, Deputado, eu acho que é a questão do conselho. Eu acho que vai conseguir conectar o setor. Nós juntarmos...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - E nessa lei de criação também cria o conselho?

O SR. GILSON GOMES CAMBOIM - Não. Essa fala...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Então, o conselho nunca existiu?

O SR. GILSON GOMES CAMBOIM - O conselho, na realidade, tem alguma coisa de, pelo que vi no trabalho que o Joaquim passou...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Só para ser subjetivo, você faz duas propostas...

O SR. GILSON GOMES CAMBOIM - Duas propostas.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - ...uma é retomar o Pró-Mineração, que está no PRODEIC, e a outra é criar o Conselho Estadual de Mineração.

O SR. GILSON GOMES CAMBOIM - Correto.

O Conselho de Mineração que coloque, no caso, igual a OCB, que é a Organização das Cooperativas; o SINDMINÉRIO, que é o Sindicato da Mineração; o Ministério Público Estadual; o Ministério Público Federal, o DNPM, a SEMA, porque, também, nós temos que ver o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Você poderia deixar essa sugestão no meu gabinete depois?

O SR. GILSON GOMES CAMBOIM - Posso.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A POLÍTICA ESTADUAL**  
**SOBRE GEOLOGIA E RECURSOS MINERAIS NO ESTADO DE MATO GROSSO,**  
**REALIZADA NO DIA 03 DE JUNHO DE 2016, ÀS 14H.**

---

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Por gentileza.

O SR. GILSON GOMES CAMBOIM - Pessoal, obrigado! O meu tempo está mais do que esgotado, de um minuto já passou para três. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Você está igual garimpeiro, só rendendo.

Muito obrigado ao Gilson, que é Presidente da Cooperativa dos Garimpeiros do Vale do Rio Peixoto, lá no Município de Peixoto de Azevedo.

Esta Audiência Pública está sendo transmitida ao vivo pela TV Assembleia Legislativa.

Quero avisar os jovens estudantes que haverá o sorteio do ingresso da Festa do Geólogo após o encerramento desta Audiência Pública.

Agora vamos ouvir os dois últimos inscritos: o Marcelo de Castro, Vice-Prefeito de Guarantã do Norte; e o último, o Valdemar da CPRM.

Com a palavra, o Sr. Marcelo de Castro.

Não está o Marcelo?

O SR. MARCELO DE CASTRO - Estou aqui!

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Sr. Marcelo, o senhor tem cinco minutos.

O SR. MARCELO DE CASTRO - Ok!

Boa tarde a todos!

Boa tarde, Deputado!

Eu quero falar do meu município - estou lá como Vice-Prefeito -, que ontem fez 30 anos.

A nossa maior alegria foi ter tido garimpo na nossa cidade, que foi o que nos salvou na década de 80.

De toda a discussão, eu destaquei alguns pontos fortes e alguns pontos fracos do setor mineral, principalmente do garimpo daquela região.

O ponto forte que surgiu naquela região foi a cooperativa dos garimpeiros. Ela nos ajudou muito a transformar a ilegalidade do garimpo numa prática legal, numa prática produtiva, numa prática de empregabilidade, mas isso não teria acontecido, de forma alguma, se não fosse a METAMAT.

A METAMAT foi um ponto fundamental e discordo do que foi dito da empresa.

Passou a impressão que a METAMAT tinha que ser uma empresa extremamente capitalista e não tivesse nenhum cunho social.

Ela tem que ter, sim. Ela desenvolveu na nossa região, Deputado, um cunho social muito importante, porque o que mata a todos nós é a dúvida. A dúvida nos torna incapazes; a dúvida nos torna incapazes de produzir, inclusive, e a METAMAT foi lá para sanar muitas das nossas dúvidas, a nossa falta de conhecimento. Ela nos transferiu um conhecimento muito importante, fortaleceu o cooperativismo, o sociativismo naquela região, e fez com que nós pudéssemos empregar mais de 5.000 mil pessoas, que hoje trabalham em regime de PLG, regime legal de garimpo.

O ponto fraco que tornou a nossa região muito vulnerável foram essas grandes áreas, de grande produção de mineradoras que se instalaram lá.

Eu tenho aqui quatorze alvos que eu separei.

Um alvo em Guarantã do Norte tem 10 toneladas de ouro. Esse alvo surgiu na época em que surgiu Guarantã do Norte e até hoje nenhum décimo foi tirado, nenhum emprego foi

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A POLÍTICA ESTADUAL**  
**SOBRE GEOLOGIA E RECURSOS MINERAIS NO ESTADO DE MATO GROSSO,**  
**REALIZADA NO DIA 03 DE JUNHO DE 2016, ÀS 14H.**

---

gerado por essas empresas. Todas as pesquisas eles põem num galpão, concentram esse poder, concentram essa decisão e não pulverizam isso para a população.

Ao contrário da empresa pública, que é a METAMAT, que transforma as pessoas com o conhecimento.

Esses 14 alvos têm registrados 92 toneladas de ouro.

Quando será que isso vai sair para virar realidade? Quando será que isso vai sair para virar emprego? Quando será que 92 toneladas de ouro vão transformar a vida de alguém daquela região? Esses são dados reais.

Trinta por cento disso, se essas mineradoras fizessem uma parceria, como o Gilson colocou, com os pequenos mineradores daquela região, 30% seriam 30 toneladas de ouro. Em 10 anos estaríamos transformando aquela região.

Eu acho esta Audiência Pública muito importante, a mineração ganhou um aliado muito forte, que é o senhor, tenho acompanhado o seu trabalho há muito tempo e não vi o senhor perder nenhuma briga.

Eu acho que o pacto maior que sairá desta Audiência é o comprometimento do senhor com essa questão mineral - tenho certeza disso -, porque se fizermos uma história, um linha do tempo de dez anos, vamos ver muitos avanços na região norte do Estado de Mato Grosso.

Para encerrar, Deputado, eu acho que juntar a METAMAT com a Secretaria de Estado, conforme foi dito aqui pelo Joaquim Moreno, é um grande retrocesso, é um corte na linha do tempo, deixando para trás uma relação de confiança que o garimpeiro tem, do conhecimento que tem com a Instituição METAMAT.

Eu acho que esse corte seria uma tragédia em termos de transferência de conhecimento para as pequenas pessoas que chegam lá.

Sabemos que a máquina pública não chega na ponta. Ela não chega no cidadão, aquele cidadão que não tem estudo, aquele cidadão que já foi ceifada a sua história, as suas oportunidades lá atrás, não teve nenhuma capacidade técnica, e muitas vezes o Estado não consegue atendê-lo se não tiver uma Instituição como a METAMAT.

Muito obrigado. (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Acho muito importante a fala do Vice-Prefeito, Marcelo, que nos trouxe o aspecto social.

Vamos incorporar isso.

Temos três inscritos ainda, o Alexandre Rodrigues, acadêmico de Geologia, a Valéria e o Valdemar Abreu Filho.

Com a palavra, o Sr. Alexandre Rodrigues.

Alexandre Rodrigues é acadêmico de Geologia da nossa UFMT.

Mais uma vez lembro que esta Audiência Pública está sendo transmitida ao vivo pela TV Assembleia Legislativa.

O SR. ALEXANDRE RODRIGUES - De nada vale, oh, meus senhores! O que resta agora, que sou um pescador que pesca a sorte, que pesca a morte, que pesca a dor?

De nada vale, Ave Maria! Eu sou a lavadeira e lavo a vida. Eu torço pela misericórdia dos homens todos os dias.

O que me resta agora, oh, minha mãezinha, Mariana!

Eu lavo o sangue em meio a lama, eu passo essas feridas com ferro aquecido.

O que me resta agora? De nada vale, oh, minha querida, Mariana!

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A POLÍTICA ESTADUAL**  
**SOBRE GEOLOGIA E RECURSOS MINERAIS NO ESTADO DE MATO GROSSO,**  
**REALIZADA NO DIA 03 DE JUNHO DE 2016, ÀS 14H.**

---

Eu sou o Bento Rodrigues e sinto a mesma agonia de ter perdido a minha mãezinha.

O que me resta agora? O que me resta agora?

Nossos corações alagaram-se de lama, deixando-nos sem cama, sem rumo e sem calmaria. Os nossos corações alagaram-se de lama, deixando-nos sem cama, sem rumo e sem calmaria.

Então, eu queria, primeiramente, saudar a mesa.

Infelizmente, eu tinha solicitado minha fala uma das primeiras intervenções, mas infelizmente se perdeu.

Essa poesia foi feita pela tragédia de Mariana, justamente para fazer-nos refletir uma mineração além dos interesses econômicos, que se preocupem também com as questões sociais e ambientais. É esta a minha fala.

Eu quero terminar aqui que devemos construir políticas públicas estaduais que avancem nesse debate.

É isso. Obrigado, (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Parabéns, Alexandre Rodrigues, acadêmico de Geologia!

Valéria Shimit, Presidente do Centro Mato-grossense de Estudos Geológicos, CEMATEGE.

Depois o Valdemar é o último inscrito.

A SR<sup>a</sup> VALÉRIA SHIMIT - Na verdade, venho aqui representar mais uma vez os meus colegas e reforçar o discurso do nosso professor Paulo, Presidente da FAGEL, e lembrar que o senhor Deputado falou aqui sobre o Estado do Paraná, sobre as políticas de geologia do Estado de Paraná, assim como o Elias falou sobre a necessidade de mapeamento em pequena escala do nosso Estado.

O Paraná é exemplo de organização e disponibilização das informações geológicas, não só a sua população como também ao público turista que visita o Estado, por meio da AGEPAR, Agência de Geologia do Estado do Paraná.

Sobre o mapeamento em detalhe do nosso Estado, a UNB pode servir para nós como exemplo, porque anualmente por meio do TF, que é o trabalho final de curso, eles conseguem mapear uma área um pouquinho superior a área do Distrito Federal.

Então, nós poderíamos fazer a mesma coisa com o nosso Estado, ou substituindo nossas típicas monografias, ou nos utilizando das disciplinas já conhecidas no curso, como a geologia de campo. Só que nós dependemos de apoio estatal para que isso aconteça, não só os recursos da universidade, mas com o Estado cobrando que a universidade também proporcione à iniciativa pública esse tipo de informação.

Para garantirmos o aproveitamento devido de nossos recursos minerais, assim como a qualidade de vida de nossa população, não precisamos só de políticas públicas, mas também de investimentos na universidade pública, que é onde qualificamos os profissionais que são capazes de promover os recursos humanos necessários para implementação dessas política.

Então solicitamos carinhosamente à METAMAT, na figura de seu Presidente, paciência e compreensão frente às burocracias da UNISELVA para que a UFMT possa se tornar parceira de verdade da METAMAT. Lembramos também, reforçamos o que o Professor Paulo falou de que agora somos uma faculdade e temos mais autonomia de implementar projetos e convênios. Estamos de portas abertas para qualquer tipo de diálogo.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A POLÍTICA ESTADUAL**  
**SOBRE GEOLOGIA E RECURSOS MINERAIS NO ESTADO DE MATO GROSSO,**  
**REALIZADA NO DIA 03 DE JUNHO DE 2016, ÀS 14H.**

---

Obrigada. (PALMAS)

O SR PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Muito obrigada, Valéria. Sei que essa parceria é importante. A nossa UFMT é o maior centro de excelência do Estado, temos mais de 1.200 doutores e mestres, sempre foi acessível.

Quanto à burocracia, infelizmente, até Ministério da Desburocratização já se criou neste País. Esse Ministério não ficou tão burocratizado que acabaram com o Ministério. Quem entende o Brasil? O Brasil não é fácil de entender. Voltou a burocracia maior ainda, essa herança portuguesa para nós.

Com a palavra, o último inscrito, Valdemar Abreu Filho, Chefe da CPRM, do Serviço Geológico do Brasil aqui em Mato Grosso, lembrando que esta Audiência Pública está sendo transmitida ao vivo pela TV Assembleia Legislativa e também pela Rádio Assembleia FM 89,5.

O SR VALDEMAR ABREU FILHO - Boa noite a todos. Em primeiro lugar, gostaria de esclarecer para o Sr. Cleverson Cabral que Mato Grosso hoje se encontra mapeado na escala de 1 para 250.000. Mato Grosso hoje se encontra totalmente coberto com levantamento aerogeofísico voado numa altitude de 100 metros com 500 metros de linhas de voo. E

Entre 2013 e 2014, no Brasil o Estado em que o serviço geológico mais se investiu em levantamento aerogeofísico foi Mato Grosso.

Então o Estado está com escala de 1 para 25.000 e algumas áreas ficaram para 100.000. O Estado já está conhecido graças a investimento direto do serviço geológico do Brasil em parcerias com o Governo do Estado, que fez o levantamento aerogeofísico aqui no Centro-Sul do Estado e fez o mapeamento de 12 folhas na escala de 1 para 250.000.

O Estado hoje já dispõe de conhecimento em todo o Estado na escala de 1 para 500.000. Então é preciso acompanhar a evolução do que está sendo feito no Estado de Mato Grosso. Há uma discussão com o Estado para fazer o mapa geológico do Estado, na escala 1 para 500.000.

Hoje se fala em investimento em pesquisa mineral, porém, antes de falar em investimento em pesquisa mineral, é consequência aqui e no mundo inteiro, antes de falar em investimento em pesquisa mineral, vamos falar em levantamento geológico básico. Fizemos em 1 para 250.000, vamos fazer agora nas áreas em 1 para 100.000. Em outras áreas vamos fazer em 1 para 50.000. Daí faremos investimento em pesquisa mineral. A pesquisa mineral é consequência do conhecimento geológico do Estado, da área. Vai fazer pesquisa mineral aonde? Fez mapeamento geológico? Não! Então para que fazer pesquisa mineral? Pesquisa mineral é consequência do investimento em mapeamento geológico básico, função do Estado até na escala 1 para 50.000 mil.

E para esclarecer para o professor Cleverson Cabral também, investimento em mapeamento geológico básico não precisa de grandes investimentos, não. O Estado e a União podem fazer, desde que tenham vontade política. Na hora em que o Estado, acredito na força dos Deputados aqui da Assembleia Legislativa, se juntar com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, com a METAMAT e com o Serviço Geológico do Brasil e procurar apoio político, vai ter investimento forte no mapeamento geológico básico do Estado e, consequentemente, na geração nas jazidas para se fazer pesquisa mineral.

Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Valdemar Cabral, muito obrigado.

Eu quero, ao encerrar esta Audiência Pública, primeiro deixar claro da minha surpresa na qualidade desta. Surpreendeu-me. Foi uma Audiência Pública de altíssimo nível, inclusive todo esse material de áudio e vídeo fica à disposição do Centro Acadêmico de Geologia, da

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A POLÍTICA ESTADUAL SOBRE GEOLOGIA E RECURSOS MINERAIS NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 03 DE JUNHO DE 2016, ÀS 14H.

Faculdade, de qualquer pessoa aqui presente. É só requerer que nós providenciamos todo esse material, está todo ele filmado, registrado e taquigrafado. Está à disposição, porque o que eu vi aqui foi uma aula, foi uma grandiosa aula, com as melhores cabeças e com protagonistas dos últimos quarenta anos da política mineral do Estado. Cada qual ao seu modo, no seu tempo, deu a sua contribuição, e cabe a nós, que estamos contaminados com esse assunto, contaminar agora o Secretário Seneri Paludo, o Secretário Marcos Marrafon e, principalmente, o Governador Pedro Taques.

Fica aqui a sugestão para que enviem documentos ao Governador no sentido de que haja preservação, transformação, cada um vislumbrando a sua maneira como ficaria esse aparelho do Estado.

Caiubi Kuhn, quer falar?

O SR. CAIUBI EMANUEL SOUZA KUHN - Uma sugestão: com base como no que foi encaminhado pela Audiência Pública do geoparque, achei muito bacana a criação de um grupo de trabalho. Penso, Deputado, que o senhor é a pessoa que pode encampar isso junto conosco e construir isso conjuntamente. Precisamos, de fato, criar um trabalho conjunto do setor que está aqui hoje representado. Acho que é a primeira vez que vejo o setor mineral e a geologia como um todo reunidos de forma mais representativa com todas as instituições, desde quando acompanho. Então que instrumentalizemos os art. 297 a 299 e criemos um grupo de trabalho. Para isso eu, como professor da universidade e como geoclube, coloco-me à disposição para ajudar, juntamente com os colegas todos, para elaborarmos um projeto de lei para instrumentalizarmos essa política estadual de geologia e recursos minerais.

Nós podemos fazer, a princípio, um projeto um pouco mais sucinto e básico e, a partir disso, criar esse Conselho, que já está na própria Constituição previsto, com uma série de aspectos de como e onde tem que vir o recurso, como tem que ser gerido, mas nós temos que instrumentalizar isso num projeto de lei.

E aqui eu acho que estamos no local certo, com a pessoa certa para justamente conseguir dar os encaminhamentos.

Gostaria de fazer essa sugestão de criarmos esse grupo de trabalho e aí colocar, talvez, um prazo de três meses para apresentar um resultado para trazer aqui para a Assembleia Legislativa uma discussão já com o projeto de lei instrumentalizando toda essa política e, junto com o senhor, debater com o Governo do Estado e com os outros espaços para conseguirmos ter todos esses aspectos que estão na nossa Constituição. O nosso Governador é constitucionalista, uma pessoa que preza pelos aspectos legais e para que tudo isso seja cumprido. Portanto espero que demos, de fato, um norte para o setor mineral e para a política de geologia do Estado de Mato Grosso.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Obrigado, Cauby.

Quero dizer que vamos dar consequências a esta Audiência Pública. Por exemplo, vou fazer uma Indicação, pedir o apoio a todos os colegas Deputados, para encaminhar ao Congresso Nacional no sentido de que este regulamente o art. 23 da Constituição Federal.

Vamos dar essa consequência a uma sugestão feita aqui.

Vamos também estimular a formação desse fórum para que vocês conversem.

Ouvi aqui dizer que não há no Estado o mapeamento mais próximo do que 1 para 500.000. E aqui o Waldemar veio e diz que há sim, há 1 para 100.000, há 1 para 50.000. Quer dizer, são autoridades no assunto que não conseguem chegar num consenso. Por quê? Porque não

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A POLÍTICA ESTADUAL**  
**SOBRE GEOLOGIA E RECURSOS MINERAIS NO ESTADO DE MATO GROSSO,**  
**REALIZADA NO DIA 03 DE JUNHO DE 2016, ÀS 14H.**

---

conversam. O Dr. Ulisses dizia: “Quem não se reúne desune.”. E o Chacrinha dizia: “Quem não se comunica se ‘estrumbica’.”.

Não é possível atores que atuam em nível estadual, em nível nacional, na iniciativa privada, não conversarem sobre um tema. Foi o que disse o Presidente da Cooperativa aqui, o Gilson: “Todos nós temos tudo a ver sobre esse tema, mas estamos desconectados.” Desconectados.

Dizer que na década de 1820 passou por aqui uma expedição do governo russo, bancada pelo governo russo, chamada Expedição Langsdorff. Langsdorff, com a presença do Langsdorff, um alemão que estava a serviço dos russos, fazendo um mapa inicial sobre as belezas naturais, minerais, a nossa fauna, ictiofauna. Eu fico surpreso quando ouço que aqui, ainda, não tem determinados detalhamentos.

Quero convidar a todos para o dia 17, deste mês, às 18h, na Câmara Municipal de Chapada dos Guimarães, participarem da nossa primeira reunião de trabalho, Caubi, sobre o Geoparque de Chapada dos Guimarães, dando sequência àquela Audiência Pública que fizemos aqui.

Então, todas as Audiências Públicas que nós fazemos vejam que eu anoto o tempo todo. Sou igual japonês anoto tudo.

Eu fiquei preocupado com os alunos que devem ter um QI acima de Einstein, porque não anotam nada. Devem gravar tudo na cabeça. Aonde eu vou procuro anotar, porque estamos aprendendo. Vocês raramente na vida terão outra chance de ouvir tanta autoridade no tema como os que passaram por aqui, gente que presidiu a METAMAT nos anos 70, 80, 90, protagonistas dessa história.

Dizer que fiz no ano passado 18 Audiências Públicas e este ano já fiz 10, mas esta Audiência Pública me deixou muito impressionado pela qualidade dos palestrantes, pelo teor e pelo o que poderemos fazer mais na frente. A política mineral do Estado independentemente se será tocada por um aparelho estatal, seja uma empresa de economia mista, uma empresa pública, uma superintendência, eu não sei o que o Governador decidirá, mas, ainda, temos condições de agir e influenciar na melhor decisão para o Estado.

Muito obrigado aos presentes!

Declaro encerrada a presente Audiência Pública! (PALMAS)

**Equipe Técnica:**

- Taquigrafia:

- Amanda Sollimar Garcia Taques Vital;
- Cristiane Angélica Couto Silva Faleiros;
- Cristina Maria Costa e Silva;
- Dircilene Rosa Martins;
- Donata Maria da Silva Moreira;
- Isabel Luíza Lopes;
- Luciane Carvalho Borges;
- Tânia Maria Pita Rocha.

- Revisão:

- Ila de Castilho Varjão;
- Regina Célia Garcia;

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A POLÍTICA ESTADUAL  
SOBRE GEOLOGIA E RECURSOS MINERAIS NO ESTADO DE MATO GROSSO,  
REALIZADA NO DIA 03 DE JUNHO DE 2016, ÀS 14H.

---

- Rosa Antonia de Almeida Maciel;
- Rosivânia Ribeiro de França.